

ALINE MARIA MÜLLER

ÍNDIOS KADIWEU E POSSEIROS NA SERRA DA BODOQUENA
Representações na mídia impressa acerca de um conflito

Dourados, agosto de 2011
UFGD

ALINE MARIA MÜLLER

ÍNDIOS KADIWEU E POSSEIROS NA SERRA DA BODOQUENA
Representações na mídia impressa acerca de um conflito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História Indígena*.

Orientador: Prof. Dr. Protásio Paulo Langer

Co-orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

Dourados, agosto de 2011

UFGD

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

980.17 Muller, Aline Maria.
M958i Índios kadiweu e posseiros na Serra do Bodoquena : representações
na mídia impressa acerca de um conflito / Aline Maria Muller.
Dourados, MS: UFGD, 2011.
127 f.

Orientador: Prof. Dr. Protásio Paulo Langer.
Co-orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da
Grande Dourados.

1. Índios Kadiweu – Posseiros – Conflito – Serra da Bodoquena,
MS – Mídia impressa. I. Título

ALINE MARIA MÜLLER

ÍNDIOS KADIWEU E POSSEIROS NA SERRA DA BODOQUENA
Representações na mídia impressa acerca de um conflito

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Protásio Paulo Langer (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Levi Marques Pereira (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

Angel B. Espina Barrio (Dr., Univ. Salamanca) _____

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos:

À minha família e especialmente à minha mãe, Alzira Müller, que sempre apoiou minhas decisões. Também à minha irmã, e mais, minha verdadeira amiga, Cynthia Gabriela Müller, sempre incansável me incentivando neste importante momento da minha vida. Ao meu pai Armando José Müller e igualmente aos meus irmãos: Amanda Isabel Müller, Elvis Daniel Müller e Gisele Alessandra Müller.

A todos os mais próximos: ao meu marido e amigo Rodrigo Aguiar, que sempre me auxiliou, com muita paciência e carinho; à Duda, amiga de todas as horas; à Dona Expedita e ao Sr. João, grandes amigos e incentivadores; à amiga Leisa Robles.

À Marina Vinha por sua disposição em compartilhar seu precioso conhecimento, sempre gentil e atenciosa.

Ao orientador Protásio Paulo Langer, sempre incansável e cujos conselhos foram fundamentais para chegar à dissertação ora apresentada.

Ao co-orientador Jorge Eremites de Oliveira, que também deu uma importante contribuição para a pesquisa desenvolvida.

Ao Jornal Correio do Estado e à Fundação Barbosa Rodrigues (do mesmo grupo), que gentilmente permitiram o acesso ao acervo, tão fundamental para a pesquisa.

Também ao Núcleo de Estudos dos Povos Indígenas da UCDB, por permitir consultar o acervo de periódicos ainda em fase de catalogação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFGD pela oportunidade concedida e que foi tão determinante na minha formação acadêmica. Extensivo ao coordenador do programa Paulo Roberto Cimó de Queiroz e aos professores que com suas aulas me guiaram nos primeiros momentos: Eudes Fernando Leite, João Carlos de Souza, Protásio Paulo Langer e Jorge Eremites de Oliveira.

À CAPES pela concessão de bolsa de estudos que permitiu custear a pesquisa.

Aos membros da Banca de Qualificação cujos apontamentos foram importantes para melhorar a versão final da dissertação, a saber: Protasio Paulo Langer, Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira.

Aos membros da Banca de Defesa de Dissertação pela gentileza em aceitar avaliar o presente texto e assim contribuir para sua versão final e melhorada, a saber: Protásio Paulo Langer, Angel Baldomero Espina Barrio e Levi Marques Pereira.

Tenho vontade de fazê-los compreender o mundo, assim como cheguei a compreender o mundo deles. Gostaria de dizer-lhes que faço parte de uma sociedade que possui normas de vivência harmônica entre os homens e a natureza. Gostaria de dizer-lhes que possuímos nossos valores sociais, políticos e econômicos, culturais e religiosos, que adquirimos através dos tempos, de geração em geração.

Gostaria de dizer-lhes que formamos um mundo equilibrado e justo de relações humanas. Dizer que como humanos, somos sujeitos a falhas e erros. Dizer que nossos sentimentos mais íntimos são exteriorizados através da arte, da língua, de nossa religião, das festas acompanhadas de ritos e cerimônias. Dizer que conseguimos nossa experiência diante da vida e do universo

Carta de Daniel Matenho Cabixi – índio Peresi da aldeia Rio Verde, MT
Publicado no Jornal Diário da Serra, de 20 de abril de 1983.

Resumo

Esta dissertação abordou o conflito entre indígenas Kadiweu e colonos na Serra da Bodoquena, ocorrido entre os anos de 1980 e 1984. Mais que traçar um perfil histórico do conflito, a pesquisa buscou identificar as representações acerca dos indígenas nas matérias jornalísticas em quatro jornais da época: o Correio do Estado, o Diário da Serra, o Jornal da Manhã e o Jornal da Cidade. Constatou-se que em todos os jornais, em maior ou menor medida, havia estereótipos que refletiam representações arraigadas no imaginário popular desde os tempos coloniais. Para a análise do material jornalístico utilizou-se como metodologia a divisão do conteúdo em palavras-chave de duas categorias: “palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos” e “palavras-chave que alteram a percepção do leitor”. Os resultados da pesquisa serão apresentados nos capítulos que seguem.

Palavras chave: indígenas, Kadiweu, Serra da Bodoquena, representações, conflito.

Abstract

This master thesis is the result of one research about the conflict between Kadiweu Indians and Farmers in lands of Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul State. This conflict happened among the years of 1980 and 1984. More than to trace a profile of the historic conflict, this research main goal was to identify the social representation about the Indians on the newspaper. For this, I consulted four leading Newspapers on Mato Grosso do Sul: the Correio do Estado, the Diário da Serra, the Jornal da Manhã and the Jornal da Cidade. The research detect that in all cases those journals, in more or less intensity, made use of stereotypes that reports categories of representation crystalized in the social imaginaries since the colonial conquest. As method for the analysis of the journalistic text I split the content in keywords, organized in two categories: “keywords that reflect prejudice” and “keywords that change the perception of the reader”. The research results are presented on the following chapters.

Keywords: Indians, Kadiweu, Serra da Bodoquena, representations, conflict.

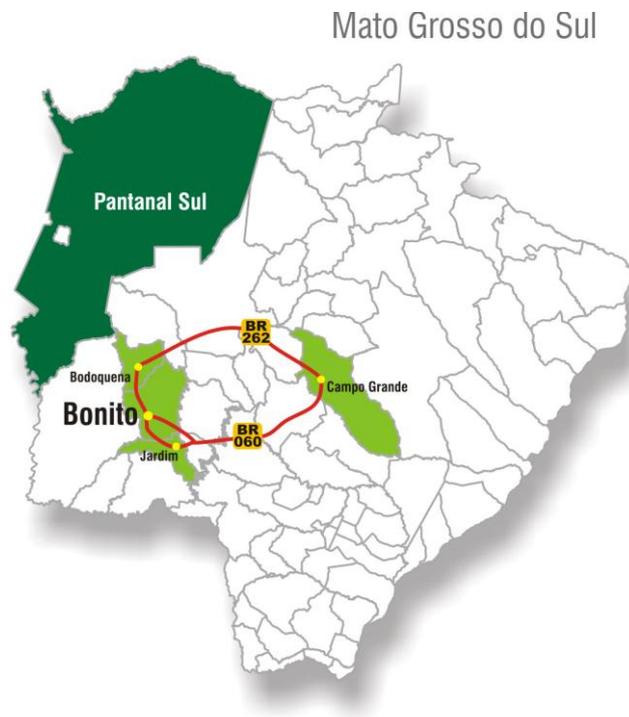
SUMÁRIO

RESUMO.....	06
INTRODUÇÃO.....	08
1. SOBRE AS REPRESENTAÇÕES.....	17
1.1. AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DOS AMERÍNDIOS 20 DURANTE A CONQUISTA DA AMÉRICA	
1.2. OS KADIWEU NA PERSPECTIVA DA ETNOHISTÓRIA.....	23
2. ÍNDIOS E COLONOS NA SERRA DA BODOQUENA:.....	31
HISTÓRICO DE UM CONFLITO	
2.1. DEMARCAÇÃO DE TERRAS E CONFLITOS ENTRE.....	32
INDÍGENAS E PRODUTORES RURAIS NA SERRA DA BODOQUENA	
3. OS INDÍGENAS REPRESENTADOS NOS 38	38
JORNAIS IMPRESSOS: O CONFLITO NA SERRA DA BODOQUENA	
3.1. OS JORNAIS COMO FONTE DE 39	39
PESQUISA HISTÓRICA	
3.2. A ANÁLISE DOS JORNAIS.....	46
3.2.1. Palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos	56
3.2.2. Palavras-chave e fragmentos que alteram a	65
percepção do leitor	
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS.....	84

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo principal abordar as representações da mídia impressa acerca do conflito fundiário entre colonos e indígenas da etnia Kadiwéu, ocorrido em Morraria do Sul, na Serra da Bodoquena no ano de 1983. Para tanto, se apoiará na perspectiva de quatro jornais que na época tinham ampla circulação no Estado de Mato Grosso do Sul. A opção por este tipo de fonte acabou por revelar outra possibilidade de pesquisa que veio a se configurar como o foco direcional desta dissertação: a análise das representações constituídas acerca dos indígenas a partir do discurso jornalístico que integra as matérias veiculadas.

Morraria do Sul pertence ao município de Bodoquena e está localizada a 30 km da mesma, acessível por uma precária estrada de chão e cascalho. Essa localidade foi o palco central do conflito entre índios Kadiwéu e colonos, pois quando expulsos da reserva indígena estes últimos foram se alojar no Centro Comunitário que ainda hoje existe. Foi nesta região que, na época, segundo as matérias jornalísticas, os indígenas teriam saqueado casas e usado de violência contra os colonos e seus familiares.



Mapa de localização da Serra da Bodoquena, com os municípios de Bonito, Bodoquena e Jardim.
Disponível em: atrativosbonito.blogspot.com. Acesso em 19/01/2011.



Entrada do Distrito de Morraria do Sul



Casarão do Centro Comunitário de Morraria do Sul

A idéia da utilização da mídia impressa como fonte de pesquisa surgiu em decorrência da minha formação em comunicação social com ênfase no jornalismo. No meu entendimento o jornalista se apresenta como testemunha direta dos acontecimentos históricos, pois além de presenciá-los, também entrevista atores sociais envolvidos e constrói representações que supõe ser imparciais, isso porque a imparcialidade aparece no discurso dos profissionais do jornalismo, ainda que na prática esta imparcialidade seja inatingível. Desta forma, pode se dizer que o trabalho de jornalista tem seus paralelos com o do historiador. Diante disso, parece que ambas as áreas caminham relativamente emparelhadas a partir do momento em que se propõem fazer dos acontecimentos históricos seu objeto de trabalho em comum.

Por outro lado, ao operacionalizar esta linha de raciocínio, de imediato se apresentam alguns problemas conceituais em prol e contra a utilização das fontes jornalísticas na pesquisa histórica:

1) Como vantagem, o jornalista não possui os vícios acadêmicos do pesquisador e às vezes consegue mais acesso a um grupo social que outros profissionais. Uma imersão no universo do grupo social estudado é fundamental para um registro interpretativo dos fatos, o que só é possível a partir de uma relação dialógica e neste aspecto o jornalista parece estar em vantagem. Esta prerrogativa não se dá por uma habilidade técnica (pois esta é uma qualidade dos antropólogos), mas sim pela prévia aceitação que as pessoas normalmente têm pelo jornalista, que ocupa um espaço privilegiado no imaginário popular.

2) Por outro lado, as linhas editoriais, os comprometimentos institucionais e o envolvimento com grupos de poder podem parecer limitações que pairam sobre o texto jornalístico, comprometendo sua integridade enquanto fonte de pesquisa. Todavia, é importante ter em conta que todas as fontes precisam de uma análise crítica, ou seja, tanto o jornalista como o historiador interpretam construções discursivas acerca das realidades, ambos orientados por seus respectivos métodos de trabalho.

Assim sendo, uma interpretação do discurso jornalístico é requisito fundamental para a utilização da mídia impressa como fonte de pesquisa histórica. Alcida Rita Ramos, antropóloga atuante na questão da política étnica e do indigenismo no Brasil e que hoje,

aposentada, ocupa a posição de professora emérita da UNB, no seu livro “Indigenism. Ethnic politics in Brazil” (RAMOS, 1998) discute no primeiro capítulo intitulado “Keywords for prejudice” a aplicação de um método de análise do texto a partir de sua decomposição em palavras-chave como forma de se rastrear conteúdos ideológicos subjacentes. Esta metodologia empregada por Ramos foi igualmente experimentada nesta dissertação, de onde se extraiu diversos resultados.

Para estabelecer o recorte do universo de pesquisa, optou-se por trabalhar com os seguintes jornais impressos: o Jornal da Cidade, que circulava apenas aos domingos; o Jornal Correio do Estado, com circulação diária, sendo este o de maior abrangência de público no Estado de Mato Grosso do Sul; O Diário da Serra (também com circulação diária, como o próprio nome indica); e Jornal da Manhã, com circulação diária. Todos eles têm sua sede em Campo Grande. Os referidos jornais foram consultados no Arquivo Histórico de Campo Grande, nos arquivos da Fundação Barbosa Rodrigues e do Jornal Correio do Estado e no acervo do Núcleo de Estudos dos Povos Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco.

A temática dos conflitos étnicos é muito debatida no interior do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Isso ocorre porque o Mato Grosso do Sul é um estado onde as tensões pela posse da terra há muito acompanham a história de seus povos, sendo que a problemática se agravou com as campanhas de colonização do Oeste do Brasil, na primeira metade do século XX. Comunidades indígenas, que no passado foram expulsas de suas terras, agora levantam demandas pela recuperação de territórios tradicionalmente ocupados. Assim, a territorialidade, entendida como sentido territorial do homem, onde o espaço físico está atrelado às variáveis culturais e simbólicas, passa a ser uma destacada área de estudo no ambiente acadêmico. Para o geógrafo Rogério Haesbaert a territorialidade apresenta suas conexões com os processos político-institucionais de construção do território (HAESBAERT, 2010: 21). Entretanto, também está atrelada a uma dimensão cultural e identitária (ibid: 29), ou seja, carrega consigo conteúdos simbólicos, transpondo a dimensão física.

Segundo Levi Marques Pereira (2003), foi a partir da década de 1970 que as lideranças indígenas passaram a alcançar mais efetividade na luta pela recuperação de seus territórios tradicionais, aglutinando maior contingente em torno destes movimentos sociais. Mas o conflito entre estes ameríndios e representantes das frentes de expansão econômica recua várias décadas na história regional – a exemplo da formação da Colônia Agrícola Nacional e o Programa “Marcha a Oeste” do Governo de Getúlio Vargas – e os conflitos

atuais são a continuação do drama de dois mundos que colidem. A questão da posse da terra que hoje atinge o Estado do Mato Grosso do Sul é a extensão deste drama, levando a um conflito declarado entre produtores rurais e sociedades tradicionais, como as indígenas e quilombolas.

Por se tratar de um caso (entre tantos outros) de confronto entre indígenas e colonos, na ótica da imprensa, considera-se relevante fazer uma retrospectiva histórica para perceber como ocorrências similares foram representadas nas fontes mais antigas, tendo em vista que tanto a mídia quanto as fontes históricas são portadoras do imaginário eurocêntrico. Ou seja, foi necessário recorrer aos autores que versaram sobre os Mbaya-Guaikuru e sobre os Kadiweu, como Guido Boggiani, Emilio Rivasseau, Levi Strauss, Branislava Susnik e Darci Ribeiro. A análise destes textos clássicos da etnologia Guaikuru permite traçar uma breve etno-história Kadiwéu, apresentada ao longo do texto (no item 1.2).

Um dos momentos de grande expressividade da luta pela demarcação das terras indígenas foi a implantação da reserva indígena Kadiwéu, na região da Serra da Bodoquena. Essa luta teve seu desfecho na década de 1980 com o conflito entre índios e colonos no Distrito de Morraria do Sul. Naquela década os Kadiwéu consolidaram a conquista e o reconhecimento do território que obtiveram como recompensa pela atuação na Guerra do Paraguai.

Durante o conflito na Bodoquena, os Kadiwéu procederam à expulsão dos colonos que haviam arrendado terras no interior da área indígena e mantiveram guarda num processo que mais se assemelharia a um cerco ao distrito de Morraria do Sul. Giovani Silva (2004) faz um importante registro sobre a evolução do processo de demarcação das terras Kadiwéu, reiterando a idéia de que o processo teve início logo após o fim da Guerra do Paraguai. Sobre a atuação de indígenas na Guerra do Paraguai, os registros apontam “a participação de segmentos das populações Guató, Kadiwéu, Kinikinau e Terena que apoiaram o exército imperial na luta contra as tropas paraguaias que invadiram o sul da antiga província de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul” (EREMITES & PEREIRA, 2007). Surge a versão de que o território Kadiwéu foi concedido por D. Pedro II como recompensa pela atuação destes indígenas na Guerra do Paraguai. Entretanto, esta versão é questionada por Giovani Silva, reiterando que nunca se encontrou qualquer documento histórico que atestasse a veracidade desta doação (SILVA, 2004: 110).

Polêmicas à parte, o fato é que finda a Guerra, se tal promessa feita aos indígenas existiu, ela não foi cumprida a contento. E foi justamente em decorrência da inexatidão do

território demarcado que se intensificou o conflito entre índios Kadiwéu e colonos. A inexatidão não decorre de uma imprecisão, mas sim da discordância dos governos Federal e Estadual em relação aos limites do território Kadiwéu. O governo estadual sustentava possuir uma medição que conferia à reserva uma área 165 mil hectares menor que aquela defendida pelo Governo Federal.

Na academia há um considerável conjunto de trabalhos que discutem a história indígena. Por se tratar de conflito étnico, a história indígena enquanto orientação teórica acadêmica se mostra mais viável para este estudo. Para tanto, faz-se necessário incorporar temas próprios da antropologia, como territorialidade (HAESBAERT, 2010) e fronteiras étnicas (BARTH, 2000). Para se atingir os objetivos da dissertação, foram utilizados jornais como fonte de pesquisa.

Assim sendo, apoiando-se no modelo da etno-história é possível compreender aspectos importantes das relações interétnicas que se configuraram entre indígenas kadiwéu e os povoadores não indígenas de Morraria do Sul, especialmente após o cerco. Todavia, mais que centrar-se nas relações interétnicas, a pesquisa buscou registrar as representações acerca dos indígenas a partir dos textos jornalísticos.

Roger Chartier, que se dedica à história da cultura e da escrita como prática social, em seu livro “A beira da falésia; a história entre certezas e inquietudes” destaca que as representações coletivas e as identidades sociais se dividem entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações, sendo a primeira relacionada a uma história mais segura e a segunda destinada aos discursos e situada à distância do real (CHARTIER, 2002: 72). Como a proposta de pesquisa é a compreensão de um fenômeno étnico cujas fontes praticamente se limitam aos textos jornalísticos, cabe avaliar as representações estabelecidas mais do que se ater a um modelo factual.

A historiadora Sandra Jathay Pesavento, ao teorizar os conceitos de imaginário, mentalidade e representação a partir da historiografia francesa, visando torná-los apropriados ao trabalho do historiador, vai propor um conceito de representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida e ligada a um processo de abstração (LE GOFF. Apud. PESAVENTO, 1995: 15). A mesma autora esclarece que os discursos sobre o real não são expressões literais da realidade, mas sim o resultado de uma interpretação onde os agentes sociais investem seus interesses e suas bagagens culturais. Com base nessas colocações, pode-se dizer que as representações sociais nada mais são do que figurações mentais constituídas a respeito de uma realidade externa. Ou seja, é a forma como um grupo ou subgrupo constrói e

interpreta as realidades sociais, configurando-se em um modelo que por eles é tido como realidade.

Outra referência teórica importante para o presente trabalho é Hayden White (2001), conhecido por haver incorporado à historiografia discussões acerca do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, em sua obra “Trópicos do discurso: um ensaio sobre a crítica da cultura”. White assevera que o historiador precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas para o presente e que contribuam para a solução de problemas peculiares de nosso tempo. Nesta perspectiva, o estudo do conflito entre indígenas Kadiwéu e colonos na Serra da Bodoquena se apresenta como uma forma de avaliar a tensa questão das demarcações de terras indígenas. De modo que a motivação primordial do presente trabalho é contribuir com o entendimento deste fenômeno social, histórico, antropológico peculiar ao Mato Grosso do Sul.

Este drama sul-mato-grossense de dois mundos que colidem, o mundo dos produtores rurais e dos indígenas, o campo da história com sua proposta de revelar as representações dos atores sociais, traz subsídios para compreender estas fronteiras interétnicas que se edificam a partir das construções sociais. O fenômeno do cerco certamente deixou suas marcas nos grupos envolvidos, que criaram suas próprias representações para explicar o fato. As fronteiras, na perspectiva cultural, não se limitam às divisões geofísicas, mas englobam as divisões sociais. Assim, o objetivo pretendido pelos estudiosos do tema de fronteiras étnicas, segundo o antropólogo Angel Espina Barrio é o de investigar “los efectos sócio-culturales de tales divisiones (geofísicas) y también los de las diferenciaciones intra-nacionales, interregionales e, incluso, locales, del referido ámbito geocultural” (ESPINA BARRIO, 2001: 11).

Essas fronteiras interétnicas são sentidas sobremaneira nas representações mentais preconceituosas construídas por determinadas classes para fins políticos no Estado de Mato Grosso do Sul. Tais fronteiras e as decorrentes representações preconceituosas contribuem para a perpetuação de injustiças e enganos históricos relacionados às diversas etnias indígenas. As fronteiras “simbólicas”, que dividem etnias, são projetadas por vezes em espaços físicos específicos, como foi o caso do conflito da Serra da Bodoquena.

As correntes pós-modernas discutem a potencialidade da polifonia como alternativa para as ciências sociais. Adaptada do conceito de romance polifônico proposto pelo literato russo Bakhtin, a etnografia polifônica aparece como proposta para evitar os problemas do discurso controlador decorrente da autoridade etnográfica do pesquisador, tema retratado com

inovação pelo historiador da antropologia James Clifford em seu livro “A experiência etnográfica” (CLIFFORD, 2002: 49-59). Em sua “Interpretação das Culturas”, o antropólogo norte-americano Clifford Geertz, criador da antropologia interpretativa, trata a cultura como uma categoria passível de diferentes interpretações, composta por uma “hierarquia estratificada de estruturas significantes” que se acessa por meio da etnografia (GEERTZ, 1989: 05). Ou seja, com base nestes dois autores supracitados entendemos a cultura como um processo polissêmico que o pesquisador acessa por meio da etnografia, e sendo esta nada mais que uma representação acadêmica de uma situação de interação. Na perspectiva pós-moderna e heterofônica a etnografia passa a ser compreendida como representação polifônica desta polissemia cultural. Tal inovação é importante de ser retratada nesta introdução, pois a polifonia passa a ser proposta pelo jornalismo acadêmico como alternativa para a composição do texto jornalístico, conforme será retratado ao longo da dissertação.

Os múltiplos sentidos que a cultura pode assumir (cultura polissêmica) vêm a ser uma dificuldade teórica com a qual o pesquisador se depara no seu trabalho, quando este se propõe a ser interpretativo. Dessa forma, o historiador britânico Peter Burke, no capítulo 11 de seu livro “Variedades de História Cultural”, propõe que o pesquisador da história deve atentar-se para as interações e apropriações culturais, verificando os sentidos e as motivações pertinentes, motivações essas muitas vezes resultantes de processos históricos que apresentam predisposições para formas diversas de apropriação cultural (BURKE, 2006: 233-267). Para interpretar os múltiplos sentidos que a cultura assume – em sua característica polissêmica – o uso da polifonia na composição dos escritos – sejam eles etnográficos, históricos ou jornalísticos – é apontado pelas escolas pós-modernas como um caminho viável.

Durante a pesquisa sobre o suposto “cerco à Morraria do Sul” essa preocupação com a representação polifônica foi constante, na medida em que se deixa transparecer, ao longo da dissertação, as múltiplas vozes presentes nos textos jornalísticos, o que aparece facilmente quando se decompõe o texto para analisar os discursos e os conteúdos subliminares. As múltiplas vozes dos atores sociais envolvidos apontam para distintas representações sobre o mesmo fato histórico. Essas representações são, possivelmente, a base das fronteiras étnicas construídas e a história cultural aparece como ferramenta para a apreensão das variáveis que configuram os limites fronteiriços destes dois mundos que colidem.

A pesquisa conduzida para a composição da presente dissertação contou, além dos jornais mencionados, com fontes escritas de diversos acervos. Os textos que dão o suporte metodológico, tanto do campo da história, como do jornalismo, foram consultados nas

bibliotecas na Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal da Paraíba, além do Centro de Documentação Regional e das bibliotecas pessoais da acadêmica e de seu orientador. Também foram consultadas fontes em acervos virtuais, como o Portal de Periódicos da CAPES, a Biblioteca Nacional Digital de Teses e Dissertações e o site Domínio Público.

A dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo estabelece as origens históricas das representações que a sociedade brasileira produz e assimila acerca dos indígenas. Com base em textos acadêmicos é relatado como o imaginário antigo, medieval e moderno influenciou as representações constituídas acerca dos ameríndios ao longo dos séculos. Também se discute como as representações serviram para dar sustentação a manobras políticas, situação que se estende até os dias atuais. O capítulo é finalizado com a contextualização histórica dos indígenas kadiwéu a fim de fornecer subsídios para os capítulos seguintes.

O segundo capítulo reconstitui o conflito entre indígenas e colonos na Serra da Bodoquena a partir de matérias jornalísticas e pesquisas acadêmicas relacionadas às questões de terras. O texto jornalístico é utilizado como fonte primária para a composição de uma trajetória histórica das relações entre indígenas Kadiweu e não indígenas, ressaltando elementos que contribuíram para que o conflito ocorresse. Ressalta-se como a divergência entre a demarcação oficial do Governo Federal contrasta com a proposta pelo Governo Estadual, que diminuía o território indígena para fins de colonização e como essa discrepância foi determinante para que as tensões étnicas entre colonos e indígenas se convertessem em conflito.

O terceiro capítulo é dedicado à análise dos textos jornalísticos com o objetivo de ressaltar as palavras-chave que refletem a representação negativa que a sociedade nacional tem acerca dos indígenas. O discurso apresentado nas matérias jornalísticas é decomposto de forma a evidenciar projeções ideológicas, imaginários e visões pré-conceituosas impregnados no texto veiculado pelos jornais.

Por fim, apresentam-se as considerações finais extraídas a partir de todo o processo de pesquisa e entre os anexos figuram algumas imagens e textos que tratam do tema e que foram retirados dos jornais consultados para elaboração desta dissertação.

1. SOBRE AS REPRESENTAÇÕES

Como visto na introdução, as representações nada mais são do que as figurações mentais que grupos humanos elaboram para interpretar a realidade que os cerca. O ser humano constitui representações acerca de todos os aspectos de sua vida, desde a cosmologia até o discurso político. Conforme nos lembra Hunt (1995: 25) “todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo”. Neste sentido, elas são parte integrante do universo simbólico que o homem tece em forma de rede de significados para trazer sentido à sua vida, pois conforme reitera Geertz (1989:04), o homem só consegue viver em um mundo que para ele faça sentido, e os símbolos que cria reflete este esforço em atribuir sentido ao mundo.

Paulo Suess (1997: 30) entende que o imaginário é uma extensão mental da realidade palpável, muitas vezes confundido com a própria “realidade”. A percepção desta realidade depende de um fator subjetivo, que neste caso estaria atrelado às representações. O ser humano precisa materializar as experiências de maneira que as mesmas se tornem “digeríveis” no interior de seu grupo social. Isso o leva a criar, dentro do imaginário, múltiplas representações que cumprem este papel de acomodação mental das realidades externas. Segundo Sandra Jatahy Pesavento (1995: 15), se por um lado representação é a tradução mental de uma realidade exterior percebida, por sua vez o imaginário faz parte de um campo da representação e se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade.

Numa abordagem mais filosófico-epistemológica, Castor Bartolomé Ruiz (2003: 59), entende que “Para o ser humano, o mundo nunca pode ser apresentado; ele sempre tem que ser representado”. Ou seja, o homem vive de acordo com modelos explicativos que o ajudam a compreender o mundo que o cerca, como a religião ou a ciência, constituindo o que as ciências sociais classificam como “cosmologia” ou cosmovisão: “Todas las cosmovisiones son las concepciones desarrolladas por las sociedades para entender el Universo que las rodea” (OCHOA ABAURRE, 2003: 64). O mundo é simbolizado, seja por meio de teorias científicas ou por mitologias, constituindo uma representação coletiva que será determinante para a formação do imaginário. Esta simbolização se dá por meio de signos, elementos dotados de significantes que só são compreendidos por aqueles que falam o idioma cultural em questão (ECO, 1988: 22). Os signos são encarregados de dotar os símbolos de sentido,

sendo que todo sentido é sempre uma construção simbólica (RUIZ, 2003: 59), podendo assim acomodar-se no campo das representações.

Conforme foi apontado na introdução, a proposta da pesquisa é a compreensão das representações em torno de um conflito inter-étnico e sua repercussão nos artigos jornalísticos publicados em jornais de ampla circulação na época do conflito. Nesse sentido, o trabalho terá uma característica mais interpretativa e analítica que factual considerando que a opção é trabalhar com a subjetividade das representações no discurso da mídia impressa. Isso porque, como nos lembra Roger Chartier, havia a necessidade de superar um debate entorno da divisão entre um modelo de história factual, alicerçada em documentos maciços, seriais e quantificáveis; e de uma nova proposta mais interpretativa, destinada aos discursos (CHARTIER, 2002: 72).

Como o próprio Chartier coloca na sequência de seu texto, as identidades são pensadas dentro de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm o poder de classificar e de nomear, e a autodefinição que cada comunidade faz de si mesma (ibid: 73). Neste sentido, não seriam as matérias jornalísticas responsáveis pela construção de uma representação imposta, ou pelo menos sugerida?

Este tipo de pesquisa vem ao encontro da proposta de Hayden White (2001: 53) de que o estudo da história deve ser um meio de fornecer perspectivas para o presente a fim de contribuir no debate das inquietações e problemas de nosso tempo. No caso de Mato Grosso do Sul, a questão das demandas territoriais e dos conflitos étnicos é eminente e demanda da História uma linha de atuação capaz de agir reflexivamente acerca destes problemas sociais. Tal reflexão, cuja proposta deve partir da História, pode ser uma alternativa para desconstruir representações negativas impregnadas no imaginário da sociedade nacional envolvente.

Conforme bem observa Paulo Suess (1997: 31) “Sem a mudança do imaginário, é impossível pensar em mudanças persistentes da realidade sócio-política”. Trata-se então de assegurar às populações indígenas sul-mato-grossenses o merecido papel na história, traçando-se um esforço por desconstruir as representações preconceituosas, que povoam o imaginário coletivo desde o período colonial e podem ser percebidas, sob outras roupagens, até os dias atuais.

No Mato Grosso do Sul, tal como em todos os países colonizados, os conflitos territoriais entre índios e produtores rurais assumem formas dramáticas, com acentuados

índices de violência física e psicológica. Para o drama de dois mundos que colidem – num pólo o mundo dos produtores rurais e noutra o dos indígenas – a história cultural, com sua proposta de revelar as representações dos atores sociais, traz subsídios para compreender estas fronteiras interétnicas que se edificam a partir das construções sociais.

O caso do conflito entre posseiros e indígenas na Serra da Bodoquena pode ser analisado nessa perspectiva onde as representações são, possivelmente, a base das fronteiras étnicas construídas. Para a apreensão das variáveis que configuram os limites destes dois universos étnicos e representacionais opostos é importante compreender o processo histórico do conflito aqui abordado. Afinal, segundo Barth (2000: 196), a fronteira étnica canaliza a vida social e implica uma organização complexa do comportamento e das relações sociais. No caso da Bodoquena, a partir das fronteiras do espaço físico reivindicado se seguem outras, de caráter étnico, tornando o diálogo e a tolerância sempre mais difíceis. O caso do conflito entre colonos e indígenas Kadiweu acaba por evocar o conceito de fricção interétnica proposto por Cardoso de Oliveira:

Chamamos “fricção interétnica” o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizado por seus aspectos *competitivos* e, no mais das vezes, *conflituais*, assumindo esse contato proporções “totais”, isto é, envolvendo toda a conduta tribal e não-tribal que passa a ser moldada pela *situação de fricção interétnica* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006: 46)

As condutas citadas por Cardoso de Oliveira se materializam na forma de fronteiras étnicas. Essas fronteiras imateriais, consolidadas por meio das representações acerca dos povos indígenas, possuem suas raízes em um passado colonial, quando a humanidade do indígena, tida ora por degenerada, ora por primitiva (imatura, impúbere), aparece como elemento de justificativa para a conquista territorial e espiritual da América por parte das metrópoles européias. Desde então até a contemporaneidade é possível visualizar um histórico de violência física e simbólica nas relações entre uns e outros.

1.1. AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DOS AMERÍNDIOS DURANTE A CONQUISTA DA AMÉRICA

1.1.1. Constituição da representação do Selvagem no imaginário europeu

Neste tópico serão apresentados alguns aspectos sobre as representações em torno dos indígenas no período colonial. A ideia não é traçar paralelos comparativos entre as representações coloniais e aquelas relacionadas ao nosso tema, mas ilustrar que nossas representações que *traduzem o outro* são historicamente constituídas e que, acerca de um mesmo objeto, podem coexistir imagens mentais muito díspares. Por outro lado, diversos estudos, históricos e antropológicos, sugerem continuidades instigantes entre sistemas de representação antigos e atuais.

Ao chegar à América os europeus se depararam com os habitantes autóctones e os primeiros contatos, segundo Klaas Wortmann (2004, p. 66), “foram pacíficos, e nada indica que tivessem sido percebidos como seres anormais, embora tivessem certamente causado estranheza”. A bíblia oferecia os fundamentos epistemológicos necessários para apreender e traduzir a alteridade humana que o ocidente desvendava e significava nessas terras. Wortmann acompanha a polêmica em torno da origem diluviana dos povos ameríndios, ideia recorrente entre os pensadores do século XVI. De acordo com o imaginário euro-cristão, fundamentado nas sagradas escrituras, após o dilúvio teriam sobrevivido apenas os três filhos de Noé. No interior da Arca eram proibidas relações sexuais, regra que um de seus filhos, Cam, teria infringido. Como castigo, “(..) os filhos de Cam teriam se tornado negros, e os negros africanos foram percebidos como amaldiçoados. Filhos de Cam seriam também os ameríndios (...)” (WOORTMAN, 2004: 67).

A antropofagia foi, certamente, um dos temas que mais povoou o imaginário europeu por séculos. Os festins antropofágicos aproximariam os indígenas de uma condição de não humanidade, ou sub-humanidade degenerada e tal concepção serviu para legitimar a apropriação dos territórios e submeter seus habitantes ao jugo das instituições coloniais. Um dos principais responsáveis pela divulgação da imagem do nativo canibal talvez tenha sido Hans Staden, quando retrata em sua obra “Duas viagens ao Brasil” os meses em que ficou cativo dos tupinambá. Staden elabora uma rica descrição de um festim antropofágico, quando um prisioneiro de guerra é retalhado e comido por homens, mulheres e crianças (STADEN, 1988: 106-110).

As gravuras do editor de livros Theodore De Bry causaram grande alvoroço na Europa do século XVI, quando, na edição de *Americae Tertia pars*, uma coletânea de textos

de cronistas como Hans Staden e Schmidel, ora representa o indígena em sua condição mais bestial materializada pela antropofagia, ora como um habitante de um jardim idílico, e em outros momentos destaca a crueldade dos europeus para com os habitantes do Novo Mundo.

Havia a necessidade de barbarizar a figura do nativo americano e, se levarmos em consideração que a “guerra e a antropofagia compõem o perfil do bárbaro” (RAMINELLI, 1996: 66), foi com base nestes elementos que se foi construindo uma representação dos índios. Este sistema de representações, se por um lado pode ter sua origem nos interesses políticos das Metrôpoles por meio de estratégias de depreciação da condição do indígena como justificativa da tomada do território, por outro acarretou constante crueldade contra os nativos, que foram brutalmente escravizados e redirecionados para o trabalho nas grandes fazendas.

Com Las Casas teve início um debate que versava sobre os direitos humanos universais, sendo que a natureza do índio era um dos temas de maior destaque. O debate entre Las Casas e Sepúlveda foi um marco nesta discussão filosófica sobre a humanidade dos índios e sobre os direitos que estes deveriam ou não gozar. A partir deste debate acerca da natureza do índio, duas imagens foram se constituindo: a do bom selvagem (inspirada no discurso indigenista, como o de Las Casas) e a do índio degenerado ou não humano (compartilhada pelos seguidores das ideias de Sepúlveda). A ideia do bom selvagem alimentava o ideal de uma sociedade mais próxima da condição idílica, sendo os índios exemplos derradeiros dos filhos do Éden.

O imaginário europeu acerca dos indígenas passou por um segundo momento histórico, quando as pretensões científicas tipificam os habitantes e a ecologia do Novo Mundo. Nos séculos XVIII e XIX as representações sobre os ameríndios podem ser extraídas de uma célebre disputa entre os naturalistas, filósofos e viajantes que buscavam circunscrever a índole e o status do continente americano. Antonello Gerbi (1996), em sua obra “O novo mundo: história de uma polêmica”, retrata as ideias de Buffon, um “cientista” cujos tratados se esforçam por atestar a inferioridade das espécies animais na América. O desprezo de Buffon por tudo aquilo que vinha do Novo Mundo fica evidente em seus textos. Em uma passagem qualifica a anta como “paquiderme de bolso” e em outra diz que a lhama “Parece grande pela dilatação do pescoço e altura das pernas (...) Mas, ainda que caminhe sobre pernas de pau e espiche o pescoço, permanece um animal pequeno” (GERBI, 1996: 19).

As representações de Buffon sobre a América influenciaram outros pensadores, como Raynal, que retrata os habitantes do continente americano da seguinte forma: “O

selvagem é débil e pequeno nos órgãos de reprodução; não tem pêlos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea: embora mais ligeiro que o europeu, pois possui o hábito de correr, é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde...” (GERBI, 1996: 21). Tanto os nativos como os animais da fauna do novo mundo seriam classificados como aqueles que não crescem, que degeneram, que são débeis. Traça-se a imagem de uma América impúbere, terra da impotência, da infertilidade e da imaturidade. O continente americano como um todo, assim como seus habitantes, passam a ser tidos como inferiores ao Velho Mundo.

As categorias pejorativas que povoaram o imaginário popular europeu durante a conquista colonial ultrapassaram os limites temporais e chegaram à contemporaneidade. Ainda hoje, na mídia, nas escolas e na sociedade em geral circulam idéias/imagem que referem o indígena como preguiçoso, improdutivo, atrasado e infantil. Diversos estudos acadêmicos já observaram e desconstruíram esse sistema de representações, mas, como assegura Suess “quem conhece o imaginário popular, sabe como é difícil mudar imagens assimiladas pelo sub-consciente” (SUESS, 1997: 31).

Langer (2005: 220) observa que de “acordo com vários discursos acerca do trabalho indígena colonial, a fuga tem sido a resposta mais recorrente à abusiva exploração dos colonos”. Trata-se de uma reação desencadeada contra as duras condições de trabalho que lhes foram impostas. Outro viés interessante para acompanharmos as representações sobre o (não)trabalho indígena são os discursos dos agentes coloniais que propunham projetos civilizatórios. Um desses projetos é a redução, nos termos como conceituou Melia:

En el mundo colonial hispánico [y también portugués] del siglo XVI la reducción significaba un proyecto político y civilizador. Se pretendía juntar a los índios en poblados porque se decía que no podrían ser humanos y mucho menos cristianos los índios que vivían “esparcidos y sin forma política” em los montes y campos (MELIA, 1992: 78).

Havia, então, duas categorias de indígenas: os reduzidos, integrados ao sistema colonial, ou seja, os tidos pelos europeus em processo de civilizados; e aqueles que ofereciam resistência aos processos de integração ou se evadiam, adentrando mais e mais os espaços distantes dos colonizadores a fim de evitar o contato e de preservar sua cultura tradicional. Estes, logo passaram a figurar em narrativas extremamente preconceituosas e fantasiosas, num esforço político em degradar a imagem daqueles indígenas que representavam uma ameaça aos interesses coloniais.

O poder político dos indígenas não reduzidos estava nas mãos dos caciques e pajés, que logo passaram a ser o principal foco das críticas dos conquistadores e missionários. A fim de minar o poder e a influência que estes líderes tinham sobre as aldeias e tribos, logo passaram a ser caracterizados como emissários do demônio. Nas narrativas aparecem constantemente como os responsáveis por fazer cumprir os desejos de Lúcifer, conduziam todos os outros indígenas à perdição.

Percebe-se uma relação estrutural, composta de pares de associação, onde a antropofagia sugere barbárie ou não humanidade e a resistência ao trabalho colonial, por sua vez, um sinônimo de imprevidência e preguiça.

Traça-se uma dicotomia, onde a antropofagia aparece como típico do barbarismo e em oposição à atividade agrícola, que representa o próprio triunfo humano sobre a condição animal. A agricultura será relacionada com domesticidade, mais ainda, com civilidade e autocontrole; ou seja, simboliza a superação do homem em relação à sua raiz bestial. Woortmann (1997: 07), quando discute o encontro entre Hércules e o centauro Pholus, da *Ilíada* de Homero, evidencia a concepção grega de que quem não domina a agricultura, não domina a si mesmo. Para o mesmo autor, há uma relação instável entre a “pessoa” civilizada que habita a polis e é por ela domesticada, e o “selvagem interior” que ameaça este equilíbrio (ibid: 07).

Aqui na América, povos indígenas agricultores que, todavia, se rebelavam contra os colonos, são descritos como não agricultores. Ou seja, esconde-se a agricultura para intensificar sua barbárie (LANGER, 2010: 12).

1.2. OS KADIWÉU NA PERSPECTIVA DA ETNO-HISTÓRIA

Antes de iniciar este item da dissertação é necessário o entendimento do conceito de etno-história. A partir de estudos de antropólogos, etnólogos e historiadores, a etno-história oferece uma possibilidade para o estudo do processo histórico e sócio-cultural de povos e comunidades tradicionais (EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2010: 203). A contribuição da etno-história é fundamental para uma trajetória histórica dos Kadiweu, inclusive para perceber como são representados. Neste sentido, propõe-se por meio de estudos etno-históricos, apresentar um panorama histórico da etnia kadiwéu de Mato Grosso do Sul.

Pensando em termos de uma sequência histórica (desde o período colonial até o século XX), em relação aos indígenas assentados entre o Pantanal e a Serra da Bodoquena, diversos estudos etnográficos perceberam uma linha de continuidade entre Guaikurus e Kadiwéus. Nesse sentido as obras de Guido Boggiani, Emílio Rivasseau, Levi-Strauss, Darcy Ribeiro, Branislava Susnik, autores que desenvolveram pesquisas e observações etnográficas nessa etnia, dão continuidade às representações que o pensamento ocidental elabora para apreender (agora cientificamente) a alteridade humana que esse grupo representa.

De acordo com os autores supracitados, os Kadiweu são descendentes dos antigos Guaikuru, denominação Guarani que significava “habitantes dos palmares” (DE ANGELIS, 1835: 226). Seriam índios cavaleiros que dominavam uma vasta área do centro-oeste brasileiro e do Paraguai. Ana Lucia Herberts (1998: 100-101) classifica os Guaicuru como um grupo chaquenho de nômades pedestres que praticava caça-pesca-coleta. Apresentavam relações de grande hostilidade para com os grupos vizinhos, especialmente os Guarani, aspecto cultural que veio trazer o reconhecimento do *ethos* guerreiro dos Guaicuru.

Todas las tribos de la familia Guaycurú, exceptuando a los canoeros Evuevi-Payaguá, se caracterizaban por su ethos de cazadores nómadas, agresivos, móviles en las regiones de planícies, de vinculación migratoria conciente com los grupos étnos pampeanos (SUSNIK, 1998: 15)

A partir do momento em que estes indígenas adotam o cavalo, trazido pelos espanhóis no século XVI, passam a constituir uma classe de guerreiros eqüestres cujas habilidades na montaria se tornaram reconhecidas e imortalizadas pelos textos históricos. Segundo Darcy Ribeiro, enquanto para os outros indígenas os cavalos representavam “apenas uma nova caça, notável pelo tamanho, foram utilizados pelos Guaikuru como montaria para cobrir maiores distancias, ampliando seu território de caça e coleta” (RIBEIRO, 2004: 96).

Os kadiwéu tinham desprezo para com outras tribos e em especial para com os chamacocos. Na sua cosmologia, fortemente etnocêntrica, se consideravam os “melhores”, superiores às demais pessoas sempre se colocando em primeiro lugar. Ainda referente ao etnocentrismo, Rivasseau comenta: “Esta superioridade que tinham em realidade, sobre as demais tribus, provinha dos cavallos que possuía. Tinham-se tornado excellentes cavalleiros e hábeis domadores”. (RIVASSEAU, 1941: 183).

O espólio a tribos de outras etnias constituía o modo de viver dos Guaicuru. Cabeza de Vaca narra o ataque que estes indígenas empreendiam contra os Guarani para roubarem-lhes as caças:

Sempre que estes caçam seus veados, pescam seus peixes, produzem seu mel ou abatem seus porcos, aparecem os Guaikurus, que é como se chamam aqueles índios, para roubar-lhes os alimentos. São também muito ligeiros, capazes de acompanhar um veado na corrida, saltar sobre ele e matá-lo. Com suas flechas matam também muitos tigres. São nômades, não parando mais que dois dias num mesmo lugar, logo levantam suas casa de esteiras e mudando para uma ou duas léguas dali. Costumam tratar muito bem as mulheres, tanto as suas como as que capturam na guerra, às quais dão plena liberdade. Porém, com os homens são muito hostis, o que faz com que sejam muito temidos. Além do que tiram dos outros, mantêm-se da pesca, caça ao veado e de alfarroba, da qual, quando está madura, pelo mês de novembro ou entrada de dezembro, eles fazem farinha e vinho, que sai tão forte que seguido eles se embebedam com ele. (Cabeza de Vaca: 1987, p. 150)

Maria de Fátima Costa destaca como os Guaicuru impuseram dificuldades à expansão colonial nas terras pantaneiras:

São os Mbayá-Guaikurú emigrados do chaco que oferecem à história pantaneira o traço mais singular: o domínio índio durante mais de dois séculos sobre um significativo trecho do território já conquistado pelos europeus (COSTA, 1999: 33)

A atividade missioneira como forma de ‘integração’ do indígena também foi utilizada como estratégia aplicada aos Guaicuru. Porém, diferente de outras reduções espalhadas por um vasto território entre Brasil, Argentina e Paraguai, o sistema reducional não obteve êxito entre os Guaicuru. Baseada nas Cartas Anuas, Herberts (1998: 27 e 28) vai apontar que o fracasso das atividades missioneiras entre os Guaicuru se deu principalmente pela insistência destes indígenas na prática de atividades sazonais de caça e pesca, rejeição ao cultivo agrícola considerada uma atividade de vassalos e pela manutenção da religião tradicional.

A belicosidade dos Guaicuru sempre foi tema dos textos históricos. Com a mobilidade oferecida pelos cavalos, estes indígenas ampliaram suas campanhas de conquista, instaurando o medo entre as diversas vilas da região chaco-pantaneira. Os constantes conflitos entre Guaycurus e Payaguás conduziram à instauração de um decreto que os separava por território:

No ano de 1768, pelos inscrutaveis decretos da Providencia, se separaram os Guaycurús e Payagoás, sem que para isso tivessem causa alguma, segundo elles dizem, porém tão inimigos uns dos outros que se fazem mutuamente os damnos que podem; e por esta causa e por temor dos Portuguezes, foram os Payagoás viver abaixo da cidade da Asumpção, capital da provincia do Paraguay, e com os habitantes della tem conservado paz” (PRADO, 1839: 43).

O reconhecimento deste *ethos* guerreiro levou o império brasileiro a estabelecer uma aliança com os guaicurus para que estes lutassem na guerra contra o Paraguai. Sobre os indígenas que tiveram participação na Guerra do Paraguai pode-se afirmar: “Do lado brasileiro, por sua vez, também há registros dessa natureza sobre a participação de segmentos das populações Guató, Kadiwéu, Kinikinau e Terena que apoiaram o exército imperial na luta contra as tropas paraguaias que invadiram o sul da antiga província de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul” (EREMITES de Oliveira & PEREIRA, 2007: 03). Efetivamente, a retomada e manutenção das fronteiras dos territórios hoje pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul é devida, também, à atuação dos povos indígenas que sob a denominação genérica de Guaicuru se engajavam na guerra (HERBERTS, 1998: 52-55).

Na Guerra do Paraguai, em 1865, os kadiweu cruzaram o Rio Apa, assaltando aldeias e o exército paraguaio. Por fim destruíram a aldeia de San Salvador, retornando carregados com o botim da guerra. A atuação rendeu aos Kadiwéu presentes do império, o que estimulou um comércio entre indígenas e as frentes de Corumbá, Coimbra e Albuquerque por mais de uma década (CARVALHO, 1992: 468-469).

Como recompensa pela atuação na Guerra do Paraguai, foi reconhecido aos Guaicuru um território entre o pantanal e a Serra da Bodoquena, área que hoje compõe a reserva Kadiweu. Mesmo tendo conquistado o reconhecimento legítimo do seu território, os indígenas não puderam evitar os conflitos com fazendeiros que, aos poucos, iam se apropriando de parcelas da reserva; entre estes estava o dono da fazenda Barranco Branco (CARVALHO, 1992: 469; RIBEIRO, 2004: 100).

Conforme narra a apresentação em francês do professor Pierre Deffontaines¹, Emílie Rivasseau era cartógrafo e a pedido dos proprietários de fazendas daquela região executou um trabalho de delimitação territorial no final século XIX no então estado de Mato Grosso. Seu trabalho durou mais de duas décadas, ocasião em que manteve contato com os indígenas Guaicurus, que o inspiraram a escrever seu livro “A vida dos Índios Guaycurús”. Rivasseau narrava, com grande ênfase, a perseguição que o português proprietário da Fazenda Barranco Branco conduzia contra os indígenas. Coronel da Guarda Nacional, o proprietário da Barranco Branco usava de sua influência para empreender ações contra os indígenas e justamente:

¹ Pierre Deffontaines: Au Mato Grosso Avec Mr. Rivasseau. In: RIVASSEAU, Emilio (1941). “A vida dos Índios Guaycurús”. Porto Alegre: Companhia Editora Nacional.

Por isso, os guaycurus tiveram, muitas vezes, necessidade de defender-se contra as forças de polícia e até de soldados do Governo Federal, mandados pelo Presidente do Estado, de acordo com o Coronel – então Comandante dessas forças e á instigação de amigos influentes, a pedido do Senhor Português (RIVASSEAU, 1941: 54)

Os textos históricos também descrevem outros aspectos da cultura kadiwéu, como atividades econômicas, gastronomia, religiosidade e cosmologia. Na organização social havia uma particularidade, onde categorias sociais bem marcadas conferiam diferenciação de status. Levi Strauss (1996:168), em sua obra *Tristes Trópicos*, é o autor que mais precisamente aborda a questão da organização social kadiwéu. Comparando os indivíduos com cartas de baralho, o autor descreve a existência de diferentes “castas”, ou melhor dizendo, estratos sociais, com nobres (hereditários e mobiliados), guerreiros e a plebe constituída por cativos de outras etnias, responsáveis pelo trabalho subalterno, como o cultivo.

A origem do etnônimo Kadiwéu vem de uma autodenominação, a partir da palavra “cadigueodi” (LEVI STRAUSS, 1996: 161). A língua guarda sua relação com o histórico guaicura:

Quanto ao idioma, era outra coisa. A fonética guaicura proporciona ao ouvido uma sensação agradável: a fala acelerada e as palavras compridas, todas de vogais claras que alternam com as dentais e guturais, e a abundância de fonemas molhados ou líquidos dão a impressão de um riacho saltando sobre seixos. O termo atual caduveo (aliás, pronunciado *cadiueu*) é uma corruptela do nome com que os próprios indígenas se designavam: cadigueodi (LEVI STRAUSS, 1996: 161).

Guido Boggiani (1975) conviveu com esses indígenas quando participou de uma expedição à Retiro, localizado à margem do rio Nabileque. Seu convívio com esse povo possibilitou registros de grande valor etnográfico. Boggiani retrata as principais espécies cultivadas entre os Kadiweu, como mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho e abóbora. Estes cultivos, segundo a narrativa de Boggiani, eram desempenhados por cada família em separado e mantidos normalmente por escravos. Animais criados às soltas pela aldeia complementavam o quadro produtivo, juntamente com a caça. Os relatos também permitem conhecer mais sobre a vida social na aldeia, onde grandes residências multifamiliares abrigavam giraus, que serviam de dormitório. Nas palavras do autor: “Quando muita gente lá está amontoada, parece um trem ferroviário cujos vagões sejam abertos e comunicantes entre si” (BOGGIANI, 1975: 112). As casas estavam interligadas por coberturas, também de palha, e davam de frente a uma praça central, que abrigava as principais atividades sócio-políticas da aldeia. Havia também especialização da mão de obra, destacando o autor as habilidades de alguns ourives.

As pinturas corporais eram de grande importância na vida social dos Kadiwéu, pois indicavam status e prestígio. A existência de diferentes classes sociais, muito bem marcadas nesta sociedade, conferia enorme importância às pinturas corporais como forma de comunicação de hierarquia. Sabe-se que ainda hoje a pintura, especialmente a facial, é usada em ocasiões especiais, mas o texto de Boggiani deixa entender que naquela época o uso era contínuo e os grafismos não eram definitivos, mas sim superficiais e não duram mais do que seis ou sete dias (BOGGIANI, 1975: 123).

Na obra de Emilie Rivasseau, com abundante descrição dos costumes dos Guaycurus, se pode notar que no convívio a erva mate se fazia presente todos os dias. Este hábito de tomar a erva mate antes e após as refeições é um aspecto que merece destaque, juntamente com a carne assada. O autor compara a importância do mate para os indígenas com a coca e o guaraná em outras etnias:

Como na Bolívia a coca, e como em outras partes do Brasil, o café ou o ‘guaraná’, o mate é o alimento líquido excitante, tônico, o “stimulus” que permite ao homem dos campos resistir em circunstâncias muitas vezes críticas, nas quais deve dar esforços algumas vezes acima das suas forças e vencer as privações momentâneas de alimentos que, enfraquecendo-o, lhe tirariam todos os seus meios de ação e de defesa” (RIVASSEAU, 1941: 212-213).

Quanto ao cuidado da aldeia, na ausência dos homens as mulheres ficavam encarregadas de tomar conta da mesma e ao retornarem de suas expedições os índios eram recebidos pelas mulheres com grande alegria e uma festa era realizada para comemorar o retorno (RIVASSEAU, 1941: 81). Nas festividades, que sempre vinham acompanhadas de música, pintavam-se as mulheres de urucum e os homens de ocre.

Darcy Ribeiro fez uma das primeiras etnografias oficiais de caráter acadêmico dos Kadiwéu, no ano de 1947, tendo por foco a aldeia Alves de Barros. O autor aponta a existência de 235 pessoas, este número dividido em três aldeias. Quanto à autodefinição étnica, marcada por um forte sentimento de pertencimento, relata que: “(...) os kadiwéu não se identificam como “brasileiros” e sim como uma entidade étnica em si, distinta de todos os demais: como um povo oprimido pelo grande mundo dos brancos que os cerca e os hostiliza por todos os lados e de todas as formas” (RIBEIRO, 1980: 07).

Ao ler sobre a vida desses índios Kadiweu percebe-se que seu comportamento belicoso é sempre mencionado. No tocante a este aspecto Darcy Ribeiro comenta: “Os elementos para os quais apela a mitologia Mbayá para justificar o comportamento guerreiro são, como se viu: o número reduzido dos ancestrais criados e a distribuição injusta das terras e

das riquezas. Por estas circunstâncias adversas, eles racionalizavam seu expansionismo, a escravidão de outros povos, a rapina e o tributo” (RIBEIRO, 1980: 63).

Nota-se que a mitologia exerce uma forte influência sobre esses indígenas e que muitas vezes, é através das lendas que alguns aspectos são explicados. Uma lenda que chama muita atenção é a que diz respeito aos brasileiros, relatada por um informante na obra de Ribeiro e que ao final da mesma explica o fato dos brasileiros possuírem várias coisas:

Já os brasileiros têm de tudo, porque quando Go-noêno-hôdi os tirou de uma touceira de taquaruçu, pegou o brasileiro pelos cabelos e puxou, ele veio com as mãos levantadas para segurar o cabelo, de costa para Go-noêno-hôdi, quando virou e viu a cara dele, o brasileiro juntou as mãos e pediu a benção.

Go-noêno-hodi gostou, riu e disse:

-Ô, esse é meu aparentado, tirei tudo quanto é gente e ninguém pediu a benção.

Por isso deu tudo a eles, máquina de fazer pano, fazer enxada, fuzil e tudo. (RIBEIRO, 1980: 109-110).

Percebe-se que o etnocentrismo é um traço sobressalente na cosmologia Kadiwéu. Segundo a antropóloga Marina Vinha, o etnocentrismo é um alimento vital para a competição primária, destacando a autora que muito dos jogos praticados atualmente na aldeia são um exercício para o *ethos* guerreiro Kadiwéu, ainda que nos dias de hoje o guerreiro apareça deslocado na sociedade, dedicando-se ao ócio (VINHA, 2004: 73, 164 e 165). De tempos em tempos este traço guerreiro emerge:

Se, anteriormente, afirmei que ficara um silêncio significativo no lugar do guerreiro e que, ao ficar silenciado, outras discursividades poderiam aflorar, vejo, hoje, indícios deste vazio identitário processualmente substituído por formas miméticas e por exteriorização do modo de ser, tornado público em eventos nacionais. Dito de outra forma, haveria fortes indícios de que o modo guerreiro estaria se renovando nas formas esportivizadas e também ao exteriorizar suas manifestações lúdicas. Seria então um ex-guerreiro, agora atleta, que age com autocontrole sob o efeito do fenômeno esporte, enfrentando o outro através de *mimésis* (VINHA, 2004: 174)

A produção da cerâmica kadiwéu aparece na literatura desde Boggiani, mas é com Darcy Ribeiro e Levi Strauss que se tem uma visão mais clara do papel que esta exerce na sociedade. A pintura da cerâmica é bem particular, inconfundível. A manufatura da cerâmica fica a cargo das mulheres da aldeia, que também a ornamentam com pigmentos naturais. Levi Strauss (1996: 163) descreve os pormenores do processo de produção da cerâmica: a argila é misturada com cacos de cerâmica triturados, que servem de antiplástico, cuja função é evitar que os recipientes se partam no processo de cozimento; a técnica de elaboração era o acordelamento e depois de concluída a forma, empregava-se cordões para imprimir formas

geométricas nas paredes ainda úmidas dos recipientes; antes de levar a cerâmica ao fogo, os recipientes ainda eram pintados, normalmente com óxido de ferro; após a queima, a cerâmica por fim recebia um tratamento com resina.

2. ÍNDIOS E COLONOS NA SERRA DA BODOQUENA: HISTÓRICO DE UM CONFLITO

Nos primeiros anos da década de 1980 instaurou-se um conflito entre indígenas Kadiwéu e distintas categorias de produtores rurais na Serra da Bodoquena. A referida contenda foi bastante divulgada e comentada na mídia sul-mato-grossense. De certo modo, as raízes do problema podem ser situadas na Guerra da Tríplice Aliança, quando o Governo Imperial do Brasil prometeu terras como forma de retribuição da participação desses indígenas na guerra. Porém, foi no processo de arrendamento das terras que a situação foi se agravando.

Por volta da década de 1980 os Kadiweu não tinham sua reserva claramente demarcada, pois as medidas fundiárias oficialmente adotadas pelo governo federal eram diferentes daquelas apontadas pelo governo estadual. Tal situação gerava muita instabilidade entre os membros da etnia. Paralelamente, na virada da década de 1970 a 1980 ocorreu um considerável crescimento do Distrito de Morraria do Sul, que se tornou um reconhecido centro de redistribuição de gêneros agrícolas produzidos por pequenos proprietários. Morraria do Sul experimentava um processo de crescimento por conta do volume de gêneros agrícolas negociados pelos agricultores locais. Estima-se que a população, na época, alcançava cerca de três mil habitantes – dado não oficial obtido a partir de conversas com moradores do Distrito de Morraria do Sul, em setembro de 2009. Esta situação de prosperidade acabou por atrair mais camponeses para a região, que viam nas terras circundantes uma oportunidade para inserir-se nessa atividade econômica.

Para suprir as necessidades dos habitantes que viviam no distrito, havia toda uma infra-estrutura: posto de gasolina, hotel, mercado, igrejas e linha regular de ônibus com destino à cidade da Bodoquena. Com o aumento da demanda pelos produtos lá cultivados ocorreu a expansão das áreas produtivas. Uma das alternativas foi o arrendamento das terras ocupadas pelos indígenas Kadiwéus. O impreciso processo de arrendamento, que contou com a convivência da FUNAI, foi o elemento principal que desencadeou o conflito de 1983.

Na década de 1970, migrantes nordestinos se estabeleceram na Serra da Bodoquena, inserindo-se no contingente de camponeses que se utilizavam das terras dos Kadiwéu para cultivo (FLORES, 2009: 83). Estes lavradores “foram chamados de ‘baianos’, ‘baianada’ ou ainda ‘pau rodados’”. Certamente esses agricultores recebiam tal denominação por serem a

grande maioria proveniente da Bahia” (*ibid*: 83). Muitos destes migrantes vieram protagonizar o conflito de 1983. O conflito entre colonos e índios Kadiweu na Serra da Bodoquena será contextualizado a seguir.

2.1. DEMARCAÇÃO DE TERRAS E CONFLITOS ENTRE INDÍGENAS E PRODUTORES RURAIS NA SERRA DA BODOQUENA

Conforme mencionado, a extensão de terra que hoje compõe a reserva indígena Kadiweu foi assegurada como forma de recompensa pela participação dos indígenas na Guerra do Paraguai. As terras dos Kadiwéu iam do pantanal de Porto Murtinho às montanhas da Serra da Bodoquena. Entretanto, os conflitos incidiam sobre o território concedido aos indígenas. Grandes fazendeiros passaram a reivindicar parcelas de terras dentro da reserva indígena, questionando a extensão do território kadiwéu. Para elaborar um recorrido histórico sobre o conflito entre produtores rurais e indígenas na Serra da Bodoquena, ocorrido no ano de 1983, recorreu-se aos jornais da época.

Durante o conflito de 1983, jornais veicularam várias informações sobre o território Kadiwéu. Em muitas matérias jornalísticas foi abordada a contradição entre a demarcação sustentada pelo Governo do Estado e a original, feita pelo Governo Federal. O Governo do Estado sustentava que em 1.900 houve uma demarcação feita pelo Agrimensor José de Barros Maciel, que estipulou uma área de 373.024 hectares para os indígenas. Esta extensão de terra estava bem abaixo da medida original, concedida como forma de retribuição pela atuação dos Kadiweu na Guerra do Paraguai. No ano de 1982 foi realizada outra demarcação destas terras pela Funai, que retomou a medida original de 538 mil hectares. Evidentemente, o reconhecimento daquela parcela original deixou os fazendeiros e colonos insatisfeitos.

Os agricultores que se utilizavam de terras indígenas para suas lavouras foram definidos pelos jornais de duas formas: os colonos e os posseiros. Os colonos representavam o grupo de pessoas que haviam recebido títulos do Governo do Estado (desde o antigo Mato Grosso até o atual Mato Grosso do Sul), de terras que estavam situadas na margem dos aproximadamente 373 mil hectares defendidas pelo poder estadual como sendo o território Kadiweu. Com suas terras dentro dos domínios do território apontado como legitimamente Kadiweu pelo Governo Federal, os colonos passaram a defender a demarcação estipulada pelo

Governo do Estado, reclamando seus títulos como instrumentos que atestavam a legitimidade de suas propriedades.

O grupo identificado pelo jornal como “posseiros” correspondia a invasores que se apropriaram de terras indígenas para suas lavouras. O uso do termo “posseiro” por parte dos jornais parece ser uma forma de dar legitimidade a uma ação ilegítima, haja vista que estes eram invasores e não detinham a posse legítima do território explorado. Também houve momentos em que até mesmo os invasores foram caracterizados pelo jornal como colonos, conforme a figura abaixo.

Funai: 174 famílias de invasores

Em dez dias de trabalho, já foram cadastradas 174 famílias de invasores e posseiros das terras da reserva dos índios Kadwêus, na Bodoquena, neste Estado. O trabalho está sendo realizado por três equipes integradas por representantes da Funai, Inkra, Terrasul e Polícia Federal, que estão percorrendo o local e fazendo o levantamento total, inclusive das benfeitorias e plantações existentes. Este cadastramento faz parte das medidas que estão sendo tomadas pela Funai para a desocupação da área e posterior devolução aos seus legítimos donos, dentro de um plano de organização e desenvolvimento das comunidades indígenas a segundo informou o delegado regional da Funai Carlos Amaury Mota de Azevedo, - o cadastramento está sendo realizado em atendimento a antiga reivindicação dos próprios índios junto aquele órgão do Governo Federal, tendo em vista o constante crescimento de sua população e a redução drástica da área de suas terras pelas invasões.

Segundo o presidente do Sindicato Rural, todos reconhecem que a terra pertence aos índios e aceitam o cadastramento e as medidas que estão sendo tomadas pela Funai para o reassentamento dos invasores e posseiros e outras áreas. Muitos posseiros e invasores deixaram voluntariamente as terras, tendo, posteriormente, recebido autorização da Funai para regressarem e colherem os produtos de suas plantações e aguardarem o cadastramento. Todos assumiram o compromisso de não fazerem novos plantios, ficando apenas aguardando as medidas dos órgãos oficiais com relação à sua retirada da área, para reassentamento em outros locais.

Solução para os problemas dos posseiros



Além das medidas relacionadas à região do Pantanal, o governador Wilson Barbosa Martins, anunciou em conversa que manteve com o ministro para assuntos fundiários, Danilo Venturini, foi dado início a discussão de uma solução para os problemas dos posseiros de Mato Grosso do Sul. Segundo Wilson esta uma questão deve ser resolvida de imediato, tanto na região da Bodoquena, quanto na parte sul do Estado.

Itaquiraí, chegou a ser comentado com o ministro Danilo Venturini, possibilidade de se adotar uma medida para o problema, através do Código do Direito Real de Uso. Segundo Wilson isto quer dizer que as pessoas que ocupam estas terras podem produzir, tendo direito a créditos bancários, mas não podem comercializar estas áreas por qualquer motivo seja.

SEGURANÇA NACIONAL
Por outro lado Wilson afirmou que, o senador Marcelo Miranda manteve contatos com o ministro

Jornal da Manhã: ora caracteriza os implicados como posseiros, ora como invasores. À esquerda, matéria de 27/04/1983; à direita 25/06/1983.

Diante do crescimento da produção e comércio agrícola em Morraria do Sul, muitos agricultores migraram para a região em busca de oportunidades, o que torna difícil reconhecer se os avanços sobre a terra indígena representam um ato consciente ou se na verdade muitos destes sitiantes acreditavam estar ocupando terras devolutas.

Em matéria publicada no dia 17 de junho de 1983 pelo jornal Diário da Serra, intitulada “Posseiros são os invasores”, o Delegado da Funai, Carlos Amauri, comentou que “há 80 anos o ‘dono da terra’ vem sendo chamado de agressor, enquanto que os invasores de vítimas e defraudados’. A legenda da foto, o texto versa que “colonos são invasores e causadores dos conflitos, diz a Funai” (matéria completa entre os anexos). Esta matéria vem comprovar a ambigüidade com que os próprios meios de comunicação classificavam um dos grupos envolvidos, o dos sitiantes ocupantes, que ora eram classificados como invasores, ora como posseiros, e não raramente como ambas as coisas na mesma matéria.

Por outro lado, o arrendamento de terras no interior da aldeia constituía, naquela época, uma prática comum. Os depoimentos dos indígenas nos jornais reiteravam que os Kadiwéu se consideravam donos dessas terras e, sendo assim, se sentiam no direito de arrendá-las para os colonos – não indígenas. Porém, os arrendamentos passaram a ser agenciados por várias frentes, entre estas estava a Funai, além de sub-arrendamentos. Logo as “frentes” perderam o controle das terras arrendadas e novos colonos passaram a ocupar parcelas de terra de modo irregular. Os arrendatários eram normalmente fazendeiros poderosos que se utilizavam das parcelas de terras arrendadas para a engorda do rebanho bovino. Os jornais deixam claro que quando houve as invasões, bem como quando os colonos passaram também a arrendar terras dos indígenas, os fazendeiros passaram a estimular os atritos entre indígenas e pequenos produtores, pois tinham o interesse de se instituírem como únicos arrendatários das terras indígenas (Correio do Estado, de 11 de março de 1983).

Latifundiários provocam conflito

Índios e posseiros estão recebendo armas na região da Bodoquena para que ocorra o conflito e, por fim, beneficiem os latifundiários da região. Essa declaração partiu de uma alta fonte da Superintendência Regional da Polícia Federal que assinalou, também, que a situação já foi controlada. Contudo, ressalta que novos conflitos, e mortes, podem vir a ocorrer já que

os índios continuam armados para enfrentar mais de cinco mil posseiros que estão na área, número que representa o dobro dos kadiweu da Reserva da Bodoquena. Os limites da área ainda é o importante foco que poderá gerar novos embates entre índios e posseiros, mas a Polícia Federal garante que já conseguiu amenizar a situação.

página 8

Capa do jornal Correio do Estado, de 11 de março de 1983

Após um período a situação se agravou e a tensa relação entre indígenas e agricultores na Serra da Bodoquena virou notícia freqüente nos jornais do estado do Mato Grosso do Sul. O clima de tensão se elevou gradualmente, marcado de ações de ambos os lados: entre colonos invasores e indígenas. A reivindicação da revisão das terras da aldeia, que apontavam uma extensão menor para os índios, foi encabeçada pelo “coronel” Clovis Rodrigues Barbosa, então diretor geral da Terrasul, entidade responsável por fazer valer os interesses dos grandes proprietários de terra. A ação da Terrasul na contenda da Bodoquena demonstra que os fazendeiros sempre estiveram envolvidos com o conflito, estimulando o reparto de terras indígenas, especialmente àquela correspondente à área Kadiwéu que o governo estadual distribuiu titulações ao contestar a demarcação original.

O cadastro de arrendamento da Funai apontava para 83 proprietários que eram responsáveis por arrendar 60% dos 373.024 hectares reconhecidos pelo governo estadual

(conforme matéria veiculada no Jornal da Cidade de 26 de junho de 1983). O restante era ocupado por posseiros e grileiros, restando aos indígenas apenas 16 mil hectares. Cada hectare era arrendado por Cr\$ 79,17 (setenta e nove cruzeiros e dezessete centavos) ao ano. Muitos dos arrendatários não pagavam seus contratos e atos de corrupção eram praticados inclusive pela Funai, como relatam os indígenas ao apontar a conivência do órgão ao facilitar a extração da madeira durante os períodos noturnos.

Trocas de acusações entre os diferentes órgãos e atores sociais revezavam os culpados. Havia, segundo os jornais, tentativas de incitar conflitos entre colonos e indígenas, enquanto órgãos públicos, organizações e fazendeiros faziam o papel de expectadores e, por vezes, de incitadores. As relações se tornaram mais tensas e os índios procederam com a expulsão de posseiros. O processo de expulsão se deu de maneira hostil, ofensiva, marcado pela destruição de plantações e incêndio de benfeitorias.

No ápice do conflito, os indígenas assassinaram o posseiro Manoel Ricardo da Silva e seu filho de 16 anos no dia 07 de março de 1983. Novamente houve trocas de acusações, onde ambas as partes apontavam os opositores como responsáveis. Para os colonos havia sido um ato de barbárie sem justificativa, como muitos outros anteriores. Já para os indígenas teria sido uma retaliação pelas tocaias feitas aos vigilantes e aos indígenas que teriam cobrado o valor dos arrendamentos dos posseiros da Fazenda Turumã (onde ocorreram as mortes).

Tal situação gerou instabilidade social na aldeia, levando os Kadiweu a levantar armas. As baixas não se limitaram às duas apontadas acima. Há jornais que relatam em torno de sete mortes e outras dezenas de feridos. Os dados são imprecisos, porém, segundo o Jornal da Manhã de 22 de julho de 1983, o número de mortos pode ter chegado a quinze. Os invasores e colonos expulsos – colonos que haviam arrendado terras indígenas ou que detinham a titulação estadual - buscaram refúgio no centro comunitário de Morraria do Sul. A partir daí se deu um processo de atritos e reivindicações que, no geral, se estendeu por muitos meses, até que colonos e invasores foram definitivamente removidos da região e assentados em outros locais comprados pelo poder público para tal fim.

Após o período do conflito, os indígenas continuaram a estabelecer parcerias com os brancos a fim de buscar subsistência a partir do capital ingresso, tão necessário para as famílias da aldeia. Sobre as parcerias, Marina Vinha esclarece que “Esta é uma condição para a sobrevivência do grupo. Contudo, a primeira condição [parceria] é aceita institucionalmente,

a segunda [arrendamento] é institucionalmente punida. Mas ambas significam que o “branco” está intermediando a sobrevivência do grupo, pois ambos estão agregados, segundo conveniências próprias, em funções recíprocas” (VINHA, 2004: 220 e 221). A não aceitação de tudo aquilo que é caracterizado como arrendamento pode ser decorrente das marcas simbólicas que o conflito de 1983 deixou no interior da sociedade Kadiwéu. Como o ingresso de capital é indispensável para a subsistência, criou-se novas formas, novas roupagens para que uma prática similar – as parcerias – sejam socialmente aceitas. Parceria, assim sendo, é na prática a mesma coisa que os arrendamentos.

O conflito de 1983 foi um marco na luta pelo reconhecimento oficial do território. Efetivamente, em abril de 1984 a reserva foi homologada. Entretanto, conforme Jaime Garcia Siqueira Júnior (1993: 262), mesmo após a homologação, conflitos menores e invasões continuaram acontecendo. Siqueira Junior apresenta uma cronologia dos conflitos decorrentes das invasões, que se estenderam por vários anos após a homologação – o autor registrou vários episódios entre 1985 e 1992.

3. OS INDÍGENAS REPRESENTADOS NOS JORNAIS IMPRESSOS: O CONFLITO NA SERRA DA BODOQUENA

Desmistificar as representações constituídas acerca dos índios kadiwéu, com base nos textos jornalísticos, requer um diálogo com métodos apropriados. O texto escrito é concebido a partir de conceitos, idéias e ideais, que expressam os julgamentos e pré-conceitos do autor do texto jornalístico e da linha editorial do jornal. Similar ao que ocorre no discurso falado (que as pessoas podem incluir palavras de duplo sentido a fim de incutir uma ideia no interlocutor), também no texto escrito se pode encontrar elementos subliminares que se estendem como uma teia de significados simbólicos.

A proposta metodológica aqui é de revelar o sentido subjacente de palavras-chave que se encontram em meio aos textos jornalísticos que reportam o conflito entre posseiros e indígenas na Serra da Bodoquena. Este procedimento metodológico foi amplamente discutido por Alcida Ramos (1998: 13-14), que propõe que as palavras chaves são significantes, indicativas de certa forma de raciocínio. Ao analisar cuidadosamente um conjunto de palavras que juntas ou separadas contribuem para uma específica formação de sentido no discurso, pode-se assim evidenciar sentidos ocultos por detrás das noções gerais que são normalmente utilizadas sem uso de senso crítico.

Segundo Alcida Ramos (1998: 13-15), analisar é colocar de lado, é escrutinar o que está atrás do óbvio, é tomar os dogmas nas suas contradições ou desvelar sentidos encobertos em tratados e ações que são opostas às suas intenções estabelecidas. Assim, é possível romper com a figuração do índio no imaginário de grupos em intenso contato. O índio passou a ser caracterizado no imaginário popular com palavras de forte teor ideológico, como criança, pagão descrente, nômade, primitivo e selvagem.

Trazendo as ideias de Ramos para a realidade jornalística, o que em princípio parece ser apenas o texto informativo de uma matéria jornalística, pode, por outro lado, revelar intenções camufladas de transmissão um conteúdo oculto que será determinante para criar no leitor uma idéia parcial do fato em questão. Os textos jornalísticos lidos e analisados nesta dissertação revelaram muitos aspectos subliminares, que tinham por função suprir o leitor de conteúdos parciais ou ainda revelavam elementos de uma representação preconceituosa a respeito dos povos indígenas. Dos quatro jornais analisados, um deles mostrou-se inverso à linha editorial norteadora dos outros três ao apresentar matérias a partir de um discurso bem

diferente, mais distanciado da parcialidade que impregnava as matérias dos concorrentes. Este é o Jornal da Cidade, cujo slogan deixa claro sua linha editorial: “Um jornal consciente não pode abrir mão do seu direito de crítica”.

Antes de apresentar as análises dos conteúdos jornalísticos, se faz necessária uma rápida discussão do jornal como fonte de pesquisa histórica.

3.1. OS JORNAIS COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA

Neste trabalho optou-se pelo uso dos jornais como fonte de pesquisa, tendo em vista a papel que estes assumem no cotidiano da sociedade e a influência dos mesmos sobre os leitores diante dos acontecimentos. O documentário: “Ética das Aparências” ressalta bem isso quando José Miguel Wisnik lembra a afirmativa de Hegel de que para muitas pessoas ler um jornal é como fazer uma oração diária: “*Oração matinal do Jornal, a prece diária que se introduz no cotidiano, o jornal. O jornal se torna uma espécie de representação contínua, diária do que está se passando no mundo*”. Os jornais impressos constantemente influenciam as opiniões públicas, exercendo certo efeito na medida em que as pessoas tendem a se deixar levar pela “aura” de verdade que os jornalistas vendem. Para entender o jornal como fonte de pesquisa, vale a pena tecer algumas considerações sobre o surgimento da imprensa em nosso país, a fim de estabelecer o contexto histórico do jornalismo impresso no Brasil.

Em 1808 surge no Brasil a “Gazeta do Rio de Janeiro”, publicação do governo lançada em setembro de 1808 e que foi o primeiro jornal legalmente impresso em terras brasileiras. Informava acerca dos atos do governo e trazia notícias do exterior, porém cuidadosamente filtradas pelos censores (DE LUCA, 2005: 133). No mesmo ano foi lançado o Jornal Correio Brasiliense, impresso em Londres e tendo como fundador Hipólito da Costa, representando a opinião jornalística independente.

Com base nos acontecimentos do passado, inevitavelmente nota-se que desde o surgimento em nosso país a imprensa atuou socialmente em importantes momentos históricos: “A imprensa teve papel relevante em momentos políticos decisivos, como a independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e a República” (DE LUCA, 2005: 134). O jornal, especificamente, sempre exerceu grande influência sobre a população nacional, sempre que houve a necessidade de se extrair uma posição diante de importantes passagens da história. Este poder se manteve ao longo da trajetória da mídia impressa, mantendo-se na atualidade,

conforme constata a dissertação de Priscila Viúdes (2009). Entender os recursos jornalísticos sem dúvida é fundamental para avaliar o papel do jornal na construção das representações, pois influenciar o leitor parece ser o principal objetivo. Viudes faz menção a uma estratégia jornalística que aponta nessa direção: o lide, aquele parágrafo que vem em destaque após o título da matéria. O uso do lide para extrair uma opinião premeditada do leitor é recorrente entre os veículos com linha editorial parcial, um meio que estes veículos encontram para “produzir” julgamentos. Estes recursos políticos e de poder, além de instrumento no conflito entre fazendeiros e indígenas nas demandas territoriais, são responsáveis pela perpetuação de muitas representações preconceituosas acerca das populações indígenas.

Desde o surgimento dos primeiros jornais impressos do Brasil, muitas mudanças foram feitas neste tipo de mídia, entre elas a forma de redigir o texto e também a estética da notícia (DE LUCA, 2005: 133). Conforme Lustosa, o jornalismo passou por várias etapas e entre as quais menciona “cinco fases de codificação do texto da notícia”. Duas são de grande relevância para a pesquisa proposta nesta dissertação: uma que aborda o período “de 1930 a 1969, fase em que os veículos de comunicação, especialmente os impressos, desenvolvem uma técnica especial de construção do texto informativo, com a criação do lide, a partir de um modelo desenvolvido pelos teóricos e pesquisadores em comunicação” e outra situada entre “1969 até os dias atuais, quando passa a prevalecer a cultura visual, imposta pela televisão, que define o padrão estético dos veículos impressos, especialmente jornais e revistas” (LUSTOSA, 1996: 68).

O lide foi uma importante incorporação ao texto jornalístico, pois é através deste parágrafo introdutório que as pessoas são informadas do conteúdo principal da matéria, dando mais flexibilidade ao leitor na escolha do conteúdo de sua preferência. O lide foi uma solução inovadora na construção de um texto padronizado e homogêneo para a indústria do jornalismo impresso, e ainda que muito questionado, é defendido por muitos teóricos do jornalismo como “um recurso de grande valia para a construção de uma *boa cabeça* de matéria” (LUSTOSA, 1996: 78). Esta dinâmica de leitura que o lide propicia tornou-se fundamental para os dias atuais, incorporando-se aos hábitos dos leitores. A transformação no padrão estético, que vem se processando desde 1969, também é uma admirável conquista do meio jornalístico, pois vêm responder expectativas levantadas no meio social, cuja matriz parece advir da interação com a cultura visual tão expressiva nos dias atuais. Todavia, indubitavelmente a maior mudança foi na linguagem jornalística, quando os textos rebuscados foram substituídos por

versões mais enxutas e de comunicação direta, acessível a uma camada bem maior da sociedade.

A qualidade da matéria prima e da impressão, divisão em seções (como esporte ou lazer), figuras ilustrativas, todos estes elementos foram acrescentados com a finalidade de atrair a atenção dos leitores. Outro aspecto que se destaca é a concorrência decorrente do aumento de ofertas editoriais, e com isso os responsáveis pelas empresas jornalísticas tiveram que investir não só na aparência do jornal, mas também no conteúdo. Todavia, uma das transformações de maior envergadura é velocidade com que as notícias circulam no meio social, fenômeno este significativamente potencializado com a popularização da internet. Como os jornais são o objeto de pesquisa desta dissertação, é relevante traçar o que caracteriza uma notícia – elemento do jornal escrito – das outras modalidades de informações. As notícias possuem caráter informativo, tendo por objetivo levar ao leitor os fatos mais recentes, conferindo ao jornal impresso uma qualidade de espelho do tempo presente. Desta forma, “o fato deve ser recente, e o anúncio do fato, imediato”, estando aí a principal característica distintiva da notícia (SODRÉ & FERRARI, 1986: 18).

Assim como o jornal impresso sofreu transformações em sua estrutura física, o lide também sofreu transformações, principalmente a partir da popularização da televisão. Como a TV satisfazia as questões iniciais propostas na origem do lide – quem, o quê, onde, quando como e por quê – o lide passou a adotar questões mais profundas e desta forma “Começava a era do jornalismo interpretativo, analítico, avaliador” (DINES, 1986: 70). O jornalismo interpretativo incorpora ao ofício do jornalista um novo modo de operar, mais crítico, instituindo a preocupação em não reproduzir somente discursos superficiais, mas buscar o âmago das questões, destacando os fatos em meio às camadas de narrativas e depoimentos.

Mesmo diante de toda esta trajetória crítica do jornalismo, durante algum tempo os jornais não eram aceitos como fontes de pesquisa. Entre os motivos citados por De Luca (2005: 112) que levaram os historiadores a excluir o jornal como fonte de pesquisa histórica estão a falta de neutralidade, a carência de objetividade e também ausência de imparcialidade. Porém, a historiografia moderna reverteu esta situação, reconhecendo nos textos jornalísticos uma potencial fonte de pesquisa histórica. Cabe ao historiador interpretar o jornal enquanto fonte de pesquisa histórica, ou seja, segundo João Carlos de Souza, “Decifrá-los, identificar seus limites, analisar criticamente, desconstruí-los, são tarefas para o historiador, da qual nos ocupamos” (SOUZA, 2008: 19). Conforme apontado na introdução, pode se dizer que o trabalho do jornalista guarda certos paralelos com o do historiador, pois este se apresenta

como testemunha direta dos acontecimentos históricos, entrevistando atores sociais e construindo representações. Ainda que se tenha em mente a crítica da influência dos interesses editoriais na construção da notícia, por outro lado pode se afirmar que o jornalista possui certas vantagens em relação aos pesquisadores acadêmicos na questão do acesso aos grupos sociais em razão do espaço privilegiado que ocupa no imaginário popular. Acerca disso, o jornalista e professor da UNICAMP Alberto Dines comenta o seguinte:

O que importa no jornalista não é a facilidade de fazer contatos no sentido formal ou social, mas a abertura pessoal ou intelectual para temas e pessoas. A permanente ligação do jornalista com o fato que acompanha põe-nos diante de outra situação-chave. Trata-se da motivação levada ao passionalismo, ou desprofissionalizada – o engajamento (DINES, 1986: 62)

Ou seja, é possível ilustrar a interação do jornalista com os facilitadores – ou entrevistados, ou informantes – a partir do conceito de relação dialógica, lembrando que o termo “dialógico” vem de diálogo franco e aberto. Esta característica da atuação do jornalista não vem de uma habilidade técnica – como se dá entre os antropólogos – mas sim pela empatia que os jornalistas estabelecem com o público, talvez em razão da abertura intelectual e pessoal conforme apontado acima.

Equivocadamente, ao referir-se à mídia há quem utilize o termo “comunicação de massa”. Porém, segundo John Thompson (2004: 30-31) é necessário estabelecer alguns critérios para isso, pois dependendo da situação o termo “massa” assume papel “enganoso”. Isso porque para tanto é necessário haver elevada audiência de pessoas e também por que o termo dá a entender que as pessoas, ao receberem a mensagem, estariam “passivas”. Portanto, ao invés de usar o termo “comunicação de massa”, às vezes pode ser mais apropriado referir-se como veículos de comunicação de amplo alcance.

As palavras também são determinantes quando se trabalha com mídia impressa. Ao usar determinadas palavras é importante ressaltar que se deve reter suas inúmeras significações para não fazer mau uso dos termos, e essa ressalva aparece nos muitos manuais de jornalismo (Vide Manual de Redação da Folha de São Paulo). Ao transmitir uma mensagem, palavras mal escolhidas podem ser interpretadas pelos leitores de maneira bem distinta daquela originalmente concebida pelo autor, e então é onde em algumas circunstâncias é difícil corrigir o que foi dito.

Cabe frisar que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2005: p.63). A imparcialidade é um

ideal inatingível, mesmo nas ciências humanas. Entretanto, o jornalismo polifônico – que será tratado mais adiante – pode ser uma estratégia para evitar que esta ausência de neutralidade se converta em ferramenta política unilateral. Quando se utiliza o jornal como fonte de pesquisa esta dificuldade teórica relacionada à neutralidade e à imparcialidade é acentuada. Em muitos textos jornalísticos o próprio repórter emite opinião a respeito do acontecimento, interferindo assim no julgamento do leitor. Este processo criativo a que o jornalista recorre para compor e dar uma face vendável às suas matérias e que por vezes traça um retrato ficcional de um episódio verídico é comentado por Gaspar Bianor Miotto da seguinte forma:

No jornalismo, a matéria que mais desperta interesse tem uma dose de invenção, de fábula, e de surpresa. Uma história humana não pode ser uma simples seqüência de fatos, como um conjunto de vagões que formam o trem. As notícias que circulam nas mídias, em boa parte não são previsíveis. São o resultado do espírito inventivo do jornalista ou da equipe de uma editoria (MIOTTO, 2003: 47).

Este pensamento, indiscutivelmente, acompanha toda uma escola jornalística que faz, deste princípio, seu modo de operar. Desta forma, ficam evidentes a natureza, o “caráter” e as implicações das fontes jornalísticas em pesquisas históricas, na medida em que exige do pesquisador habilidade para dissecar a notícia, extraindo o fato a partir da expressão criativa, ou seja, traduzir o texto jornalístico livrando-o de toda possível carga ficcional.

Por outro lado, existe também uma corrente contrária que reivindica uma produção jornalística mais transparente, preocupando-se em deixar aparecer a voz dos atores sociais envolvidos. Os teóricos defensores desta linha de ação clamam pela desconstrução e reconstrução do processo jornalístico, cuja crítica levaria a uma nova versão dos produtos midiáticos, mais comprometidos ética, histórica e socialmente. Os jornais, neste prisma, seriam condutores entre o fato e o receptor, cabendo o juízo de valor ao que está na outra ponta do processo, o consumidor dos produtos jornalísticos. Um jornalismo assentado nestas bases acarreta em um novo valor dos produtos midiáticos para a história, bem como para outras áreas da humanidade, como a sociologia e a antropologia. Porém, garantir este status aos produtos jornalísticos é tarefa nada fácil. Para atingir este objetivo, uma das propostas é dar nova forma à linguagem jornalística. Trata-se de conferir uma natureza polifônica à linguagem como alternativa para a consolidação de uma nova corrente jornalística (DALMASO & SILVEIRA, 2003: 124-132).

Esta nova faceta polifônica aplicada ao jornalismo parece estar em sintonia com a nova demanda do meio científico e acadêmico, voltada para discussões filosóficas acerca da

pós-modernidade. Em sua “Interpretação das Culturas”, Geertz (1989: 03-21) trata a cultura como teia de símbolos e a etnografia como representação polifônica desta cultura. Quando o autor estadunidense propõe uma etnografia de caráter polifônico assevera a importância de se deixar transparecer a fala dos nativos no texto etnográfico, conferindo à etnografia suas características de politização da figura do antropólogo ante seu objeto de estudo, evitando assim o problema da “autoridade etnográfica” presente em muitos textos. Estas preocupações típicas de uma formação pós-moderna no meio acadêmico, apesar de ter grande força na antropologia, não se limitou a este campo das humanidades. O reflexo do pensamento pós-moderno é sentido em muitos outros campos, incluindo a história e o jornalismo. Peter Burke (2006: 267) ao apontar um modelo polifônico de história visando dar voz aos múltiplos atores sociais, demonstra que sua produção científica recebe influências do pensamento pós-moderno, alinhando-se com a nova tendência que se estabelece no jornalismo e na antropologia e que aqui é apresentada como uma via produtiva para a análise do discurso.

A sociedade contemporânea de essência plural faz com que seja necessário um constante diálogo multi e intercultural para que se atinja o equilíbrio social. A diversidade faz parte da vivência diária, e os múltiplos atores sociais, imersos em seus espaços de socialização pautados em diferenças culturais ou étnicas, clamam por um diálogo justo, simétrico e de respeito, reivindicando seus lugares no seio da sociedade nacional. Para tanto, se apropriam de discursos, comportamentos, normas e gostos, indicando-os como próprios do segmento em que estão inseridos. Por outro lado, também estão abertos a incorporações de condutas e produtos culturais diversos, acomodados no interior das culturas sem maiores problemas. Tal situação é apontada por Gordon Mathews (2002: 26-36) como uma nova forma de expressão das culturas, mais voltadas a um quadro pós-moderno, que o autor vai apelidar de “supermercado cultural”. Nesta perspectiva, condutas, hábitos de consumo, práticas gastronômicas, estariam dispostas diante dos atores sociais como os produtos em prateleiras de um supermercado, sendo que de acordo com as necessidades e os interesses estes atores fazem uso destes elementos culturais, incorporando-os ou excluindo-os.

Mas as pautas culturais não são somente decorrentes de um processo de livre escolha dos grupos sociais. Em muitos casos há uma forte influência do Estado sobre os comportamentos coletivos. Mathews (ibid: 29) faz algumas reflexões acerca do tema cultura, mercado e Estado, ressaltando este último na busca de seu poder: “Estados procuram justificar e legitimar sua busca de poder, moldando o pensamento de seus cidadãos por meio da educação pública e dos meios de comunicação de massa”. Essa citação vem de encontro com

o tema tratado nesta pesquisa, pois ao fazer uma leitura dos jornais percebe-se que o Estado – em suas instituições oficiais, como governo, órgãos de classe, etc. – influencia a forma como os meios de comunicação moldam as notícias, como se fossem uma “versão oficial” dos fatos, o que por sua vez também influencia os leitores.

Em decorrência destas influências eminentes sobre o texto jornalístico, o pesquisador deve estabelecer uma análise crítica do discurso jornalístico, conforme propõe a pesquisadora do Jornalismo e professora do Departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade Nova de Lisboa, Cristina Ponte:

A análise crítica do discurso associa a perspectiva sociológica e política sobre o jornalismo como discurso social e a atenção particular à linguagem e às suas escolhas de realização em actos de comunicação. Orientada explicitamente para a agenda sócio-política, para a preocupação em inventariar e apresentar criticamente de que formas os discursos sociais podem contribuir para a reprodução ou a mudança de relações de poder, vem-se constituindo como uma área de estudo da linguagem e do discurso dos media (PONTE, 2005: 218).

Voltando a questão da pós-modernidade para o campo do jornalismo, a sociedade plural espera dos meios de comunicação novos modelos de se fazer notícia, que acomodem as expectativas coletivas. Como visto acima, o jornalista normalmente se utiliza de fontes oficiais para dar forma às matérias, como organizações ou poder público, o que daria a impressão de passar a tal “versão oficial” dos fatos. Porém, existe a necessidade de se deixar comunicar outras vozes em torno do fato, e esta é a preocupação do jornalismo polifônico.

O problema é quando não há outras vozes que mostrem outros pontos de vista sobre esse fato, contrariando assim, a característica plural e diversa do grupo social, e transmitindo mensagens caracterizadas pela unilateralidade, a hegemonia, o monologismo (DALMASO & SILVEIRA, 2003: 117).

A mesma preocupação do etnógrafo em deixar as múltiplas vozes dos atores sociais ecoar pelo texto etnográfico deve permear o trabalho do jornalista a fim de construir um texto mais adaptado à realidade plural. Claro que se deve guardar as devidas diferenças, pois o texto etnográfico é um produto acadêmico, regido por uma rigorosa metodologia, ao passo em que o texto jornalístico está livre de tais amarras, sendo esta sua principal característica e o foco de suas mais severas críticas. Uma tênue linha, baseada na ética, é o que separa o texto jornalístico comprometido com o fato e com a sociedade do texto ficcional e sensacionalista. Como alerta Cremilda Medina (2008: 07), “Os atuais meios de divulgação acentuam a incomunicação. [...] Estamos longe da rede de comunicação em que se resgate a

presença da pessoa, se abram canais para os testemunhos anônimos. O diálogo é democrático; o monólogo é autoritário”.

3.2. A ANÁLISE DOS JORNAIS

Os jornais utilizados como objeto de pesquisa foram os seguintes: o Jornal da Cidade, o Jornal da Manhã, o Correio do Estado e o Diário da Serra. A escolha por estes jornais se deu por serem impressos na capital do estado, onde se supõe ter mais fluxo de informações. As consultas a estes quatro jornais propiciaram a compreensão do fato histórico do conflito na Serra da Bodoquena nos anos 1980 a 1984. A análise foi feita focando dois objetivos principais: abordar a representação dos indígenas na mídia impressa e revelar os conteúdos ocultos expressos em palavras-chave carregadas de simbolismos capazes de incutir opinião nos leitores.

Na medida em que as consultas iam se avolumando, observou-se que os jornalistas da época, ao relatarem o acontecimento, claramente emitiam opinião. Esta emissão sugestiva da opinião do autor da matéria ocorria tanto no início do texto quanto no final, quase como se refletisse uma estratégia de manipulação: primeiro a evocação da opinião, consolidando-a com sua reafirmação no final da matéria. Como exemplo desta estratégia, apresenta-se abaixo uma matéria veiculada no Jornal da Manhã, em 17 de junho de 1983, intitulada “Documentos comprovam erros”:

Início da matéria:

A questão dos conflitos existentes na Serra da Bodoquena envolvendo os índios Kadiwéus e os posseiros basicamente seria resolvida se houvesse o bom senso. Todavia, como isso não acontece pois na medida em que **os indígenas atacam** os colonos estes, por sua vez, agem de maneira semelhante e, mesmo não havendo a agressão física torna-se uma “ofensa” aos selvícolas a presença dos homens brancos nas terras que eles consideram como de sua legítima propriedade.

Final da matéria:

Caso isso não venha a ser encarado de maneira a que venha representar resultados satisfatórios fatalmente muitos posseiros virão reclamar, denunciar, sofrer situações incomodas para, depois, regressarem para as terras ainda com **o medo de serem atacados** e na incerteza de que suas famílias poderão sofrer todas as conseqüências.

Tanto no primeiro parágrafo da longa reportagem, como no último parágrafo, fica evidenciada a idéia de que “os índios atacam” e que os posseiros “sofrem situações incômodas” que justificariam um contra-ataque.

Também aparece nos textos a percepção de que há uma barreira étnica, que distancia o indígena da sociedade nacional. Esta barreira é perceptível por meio da repetição de termos específicos, como *silvícola* que aparece com frequência nas diversas matérias. Segundo o Dicionário Aurélio da Língua portuguesa significa: “Que ou quem nasce e vive nas selvas”. Assim sendo, *silvícola*, aparece como um divisor étnico, onde o indígena é caracterizado como aquele que vive apartado do ideal civilizatório. A origem do termo *silvícola* já foi mencionada no capítulo “Sobre as Representações”, e só para recolocar a questão, Wortmann (2004: 123) expõe a oposição “homem silvestre” (ou *agrios*) *versus* habitante da polis, nos seguintes termos:

O pensamento ocidental, desde a antiguidade, partia do princípio de que havia uma diferença fundamental e irreduzível entre humanos e animais. Entre os dois colocava-se o “homem selvagem” das florestas e dos desertos.

A citação acima mostra como o uso do termo *selvagem* remete a uma longa discussão sobre a condição de humanidade debatida desde a antiguidade. Mesmo tendo sido popularizada, inclusive em termos jurídicos, a expressão carrega consigo significados muito semelhantes. Conforme é lembrando por João Pacheco de Oliveira (1995: 78) o índio no imaginário constitui:

(...) um indicativo de um estado cultural manifestado pelos termos que em diferentes contextos o podem vir a substituir – *silvícola*, *íncola*, *aborígene*, *selvagem*, *primitivo*, entre outros. Todos carregados com claro denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos benefícios da civilização.

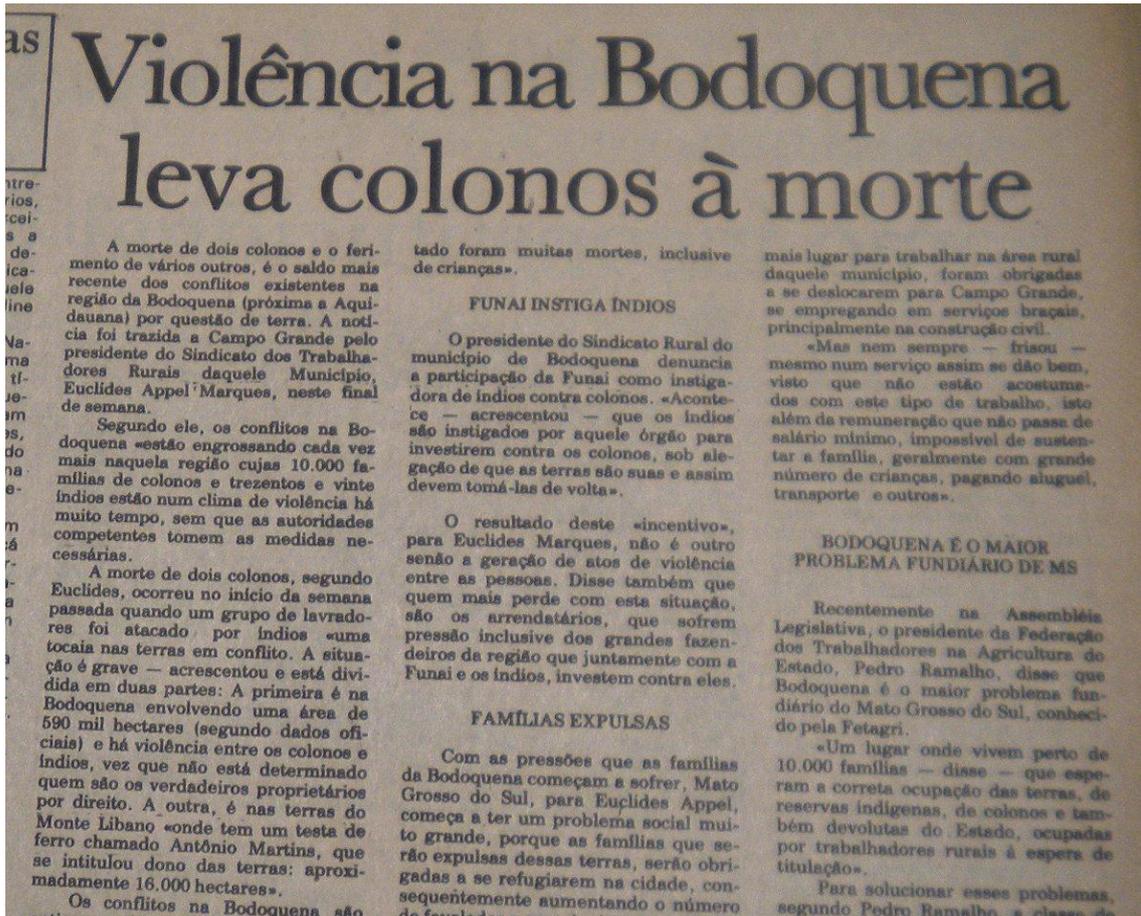
Na tentativa de reaproximar o jornal de uma postura politicamente correta, os jornalistas constantemente atacam o governo federal, construindo nele a figura do culpável e caracterizando-o como o grande vilão da história. Mas em outros trechos fica claro que se trata de uma estratégia, pois os indígenas são constantemente alvo de pesada crítica. Ao mesmo tempo em que os representantes do Estado são descritos como figuras culpáveis, em outros momentos aparecem como portadores da “versão oficial”, ou seja, citados como uma fonte de autoridade e de informação verdadeira. Como visto no capítulo anterior, tal situação

vem reforçar o poder e a influência do Estado sobre a população. Na busca de culpados, uns não excluem os outros; em outras palavras, o estado não resolve o problema da demarcação deste “bando de selvagens”.

Houve momentos em que os jornais optaram por excluir atores sociais, substituindo-os por representantes de classe. Tais matérias talvez se expliquem pela intenção de não expor diretamente a opinião das pessoas envolvidas neste processo da questão de terras: colonos, posseiros e índios. Ao invés de entrevistarem indivíduos pertencentes a esses segmentos sociais preferiam “dar voz” aos representantes das entidades de classe e de órgãos governamentais. A literatura teórica sobre o jornalismo conhece fenômenos como esse e a presente pesquisa confirma. Sobre este aspecto Dalmaso e da Silveira alertam que:

Esses cidadãos, para os jornalistas e sua técnica de manual de produção da notícia, são considerados fontes sem credibilidade, sem respeitabilidade, sem garantia de informações ‘verdadeiras’, pois não são técnicos, não são autoridades no assunto, não são especialistas, não são ‘produtivos’. Dessa estrutura resulta um texto monológico, com uma voz única e pode-se dizer também antidemocrático (DALMASO & SILVEIRA, 2003: 118).

Exemplo deste caso é encontrado no Jornal Diário da Serra de 15 de junho de 1982, no texto intitulado “Violência na Bodoquena leva colonos à morte”; matéria esta que consta apenas a declaração do Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Bodoquena, Euclides Appel. Ao mencionar as mortes dos colonos o jornalista deu voz apenas a esta autoridade. No segundo item da mesma matéria, “Funai investiga índio”, Euclides Appel critica duramente Funai, porém, em nenhum momento aparece a outra versão dos acontecimentos. Nesta publicação fica nítida a ausência de outras vozes, a dos indígenas e também de uma autoridade da Funai, fato este constatado também em outros jornais.



Jornal Diário da Serra de 15 de junho de 1982, página 03.

O Jornal da Manhã, ao divulgar a matéria no dia 11 de março de 1983, intitulada “Surtem as primeiras versões sobre crime na Bodoquena”, também faz um texto típico do monologismo que permeia muitos órgãos de imprensa. Na matéria só estão citadas duas autoridades: a Funai e a Fetagri. Os demais envolvidos nos acontecimentos não se fazem presente no texto, o que confere à matéria uma versão unilateral.

Surgem as primeiras versões sobre crime em Bodoquena

Ontem a tarde surgiram as duas primeiras versões sobre os acontecimentos verificados na Fazenda Tarumã, localizada na região de Bodoquena, quando dois posseiros foram assassinados pelos Índios Kadiwêus. Na primeira nota, a Fetagri protesta contra o fato de os elementos indígenas, estarem usando armas, durante todo o dia. No outro comunicado a Funai, denuncia que o incidente, que vitimou Manoel Ricardo da Silva e seu filho, ocorreu por que estes dois elementos, tentaram reagir ao serem abordados pelos dois vigilantes. As duas versões estão abaixo.

A FUNAI

Rescindido o contrato de arrendamento da Fazenda Tarumã, pacificamente, os índios foram informados de que a posse deveria ser imediata, pois havia o perigo da mesma, inclusive a sede, ser invadida por posseiros. Diante disso, os índios pediram prazo para retornarem devidamente equipados com os implementos necessários ao recebimento da fazenda.

Ao fazê-lo no dia 01 de corrente encontraram a área em vários pontos ocupados por invasores que neles haviam se instalado, e entenderam que seria de obrigação do arrendatário

entregar a fazenda livre e desimpedida. Constataram que os invasores possuíam várias montarias, e cabeças de gado, adquiridas com recursos gerados pelo uso indevido das terras que não lhes pertenciam. Como forma de pagamento pela delapidação do patrimônio indígena, através da exploração irracional de madeira, prejuízos estes que jamais poderão ser ressarcidos, pediram dos que possuíam mais de quatro montarias, uma para o seu uso próprio.

Os contatos, com os invasores estavam sendo mantidos de forma amistosa, tendo o fato sido comunicado a delegacia Regional da Funai, com quem os índios haviam assumido o compromisso de aguardarem as medidas a serem tomadas pelo órgão para a retirada dos invasores.

Ainda no dia 01, houve tentativa de homicídio contra o vigilante da Funai Adão dos Reis Oliveira, que foi emboscado por invasores.

Embora ainda mais irritados com este fato, os índios mantiveram o compromisso assumido com a delegacia da Funai e não esboçaram nenhuma reação, continuando a aguardar as providências legais a serem desenvolvidas por este órgão.

— Entretanto no dia 07, quando

visitavam o rancho do invasor Manoel Ricardo da Silva e com este mantinham um diálogo amistoso, seu filho também de nome Manoel Ricardo, armado com dois revólveres, irrompeu na casa atirando neles e ferindo o vigilante índio Silvano Dias. Em legítima defesa os índios reagiram imediatamente, estabelecendo-se a partir daí o tumulto que culminou com a morte dos dois posseiros. Os índios regressaram imediatamente a aldeia, comunicando o fato ao chefe do posto e à esta delegacia, que começou a tomar imediatamente as providências necessárias e que são do conhecimento público.

O delegado deste órgão Dr. Carlos Amaury Mota Azevedo, desde ontem se encontra no local. Os índios se mantêm na aldeia desenvolvendo suas atividades normais, esclareceram que, estão vendo seu patrimônio delapidado, sua área invadida, com danos irreparáveis, mas confiam na Política Indigenista do Governo, e que continuarão aguardando as providências legais a serem tomadas pela Funai.

A FETAGRI

Ontem a Federação dos Traba-

lhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul, denunciou que os Indígenas continuam fortemente armados na região da Bodoquena, apesar de várias vezes a Funai ter prometido desarmá-los.

Por outro lado, esta federação chama a atenção da opinião pública sobre o descaso da Funai sobre o último episódio em que duas pessoas foram mortas: avisada na primeira hora da manhã do dia 08 de março de 83, de que dois corpos sem vida de trabalhadores permaneciam no local do crime, apenas na tarde do dia 09, chegou a autoridade no local para cuidar dos mortos. As vítimas não foi dado sequer sepultamento decente; foi aberta uma vala as pressas ao lado dos defuntos e para lá foram atirados, juntos, sem caixão e sem nada. Surpresa maior: o cemitério de Morraria fica próximo do local do enterro.

A federação, exige das autoridades competentes a exumação dos cadáveres para retirar as balas que neles se encontram, para futura investigação policial, transferência dos corpos para um cemitério cristão; onde a família possa reverenciá-los conforme o costume.

Jornal da Manhã, de 11 de março de 1983, página 03.

O Jornal da Cidade aparece como o de postura relativamente inversa, sempre situando o indígena como oprimido deste processo de luta pela posse de terras. Ou seja, trata-se de um jornal de tônica mais indigenista, que assume sua situação de oposição aos demais. Este jornal reitera que o conflito entre posseiros e indígenas é estimulado pelos fazendeiros, interessados em se consolidar como únicos beneficiários da exploração daquele território. O Jornal da Cidade tinha tiragem semanal, situando suas matérias sempre em períodos de sete dias.



Jornal da Cidade, 02 a 09 de dezembro de 1982

O Jornal da Cidade publicado na semana de 02 a 09 de dezembro de 1982, aponta o latifundiário como sendo o grande beneficiado do conflito entre indígenas e “colonos”: “Assim, o latifúndio indiscriminado vai mantendo seus interesses, atirando índios contra posseiros e contando sempre com o aval da Funai”. No mesmo jornal, mas em matéria publicada na semana de 24 a 30 de abril de 1983, o repórter ao redigir o último parágrafo da matéria intitulada “Mais um acordo para a Bodoquena”, conclui que: *“De qualquer forma, não se pode ficar confiando sempre em acordos e promessas. A situação continua delicada na Bodoquena e novos adiantamentos significarão outros, e mais sangrentos conflitos. Que neste período que se diz de “abertura e consolidação democrática”, sejam assegurados os direitos dos índios e camponeses sem terra. (p.12)*

A matéria destacada deixa evidente a linha editorial, que situa o jornal como “guardião” da massa diante do governo indiferente. Trata-se de um modelo de “observador”, trazendo a tona questões de opressão social e vigiando as ações da administração pública.

O Jornal Correio do Estado, na matéria intitulada: “A visita do Presidente da Funai. Do tutor, índios só querem mais ajuda e saúde”, ao comentar sobre essa visita, menciona os problemas dos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul e entre eles, o da Bodoquena.

Além de fazer uma comparação com os índios “pele vermelhas” do faroeste norte americano ao final do texto emite a seguinte opinião:

Coincidentemente, logo depois que um grupo de índios da região de Bodoquena insurgiu-se contra famílias de posseiros e de fazendeiros, armando-se, como os pele vermelhas do faroeste, para ataques concretizados e que por muito pouco não resultaram em várias mortes. Se ele fizer o que se espera, sua visita estará mais que justificada. Se não fizer, terá feito apenas um passeio às custas, do próprio índio matogrossês, que já dominou os campos e hoje está restringido a reservas mal administradas e sem condições de oferecer absolutamente mais nada além do que o índio, de um modo geral, pode conseguir sem a ajuda de ninguém: a miséria (16 de agosto de 1982, p.5).

Ao fazer a comparação entre kadiwéu e índios norte-americanos, percebe-se que na década de 80 as pessoas tinham uma representação dos indígenas muito ligada aos seriados de televisão norte americanos, que transmitiam uma versão ficcional hollywoodiana do conflito entre colonos e indígenas nos Estados Unidos da América.

No Correio do Estado, já se percebe uma linha editorial mais comprometida com os interesses agrários, difundindo uma versão ainda mais preconceituosa dos indígenas Kadiweu. Muitas palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos foram identificadas neste jornal, conforme será discutido em um tópico específico.

Nesses meios de comunicação muitas vezes não se faz necessário ler a reportagem inteira para perceber que a imprensa faz conclusões sem escutar os dois lados da história. O Jornal da Manhã veiculou em sua capa de 23 de abril de 1983 a seguinte manchete: “*Funai obrigada a dar segurança*” e no texto imediatamente abaixo da manchete informa o seguinte:

Antes, usando do autoritarismo incomum, a Funai – Fundação Nacional do Índio – está agora na obrigação de dar a máxima segurança possível para os posseiros que já estão retornando às áreas que ocupavam. A reunião da quarta-feira passada serviu pelo menos para que as autoridades do Governo do Estado tomassem ciência do que estava realmente acontecendo através dos depoimentos de 10 colonos que representavam 300 famílias [...]

Já na capa o Jornal da Manhã emite uma conclusão a respeito do assunto, numa nítida intenção de produzir opinião no leitor. Usa o termo “tomarem ciência” no sentido de expor uma realidade às autoridades do governo, mas esta “ciência”, muito convenientemente, parte da versão unilateral, com o depoimento de dez colonos. Como se pode ter ciência do

fato com depoimento de apenas um dos lados implicados já que os indígenas não foram ouvidos?

Outro aspecto curioso é que a mídia impressa, ao se referir aos não indígenas, os trata ora por colonos, ora por posseiros, sendo que ambas as palavras possuem diferentes significados. Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa: Colono quer dizer membro de uma colônia, ao passo que posseiros são aqueles que estão na posse legal de imóvel ou imóveis indivisos. No caso da Serra da Bodoquena, muitos destes agricultores implicados são ocupantes que, sem amparo legal, tomaram por suas, áreas da reserva indígena Kadiwéu. Para melhor entender o processo, os envolvidos com estas ocupações estavam divididos em três categorias: grandes fazendeiros que arrendavam terras indígenas principalmente para criação de gado; pequenos agricultores já estabelecidos na região, que também arrendavam terras indígenas a fim de constituir ou ampliar áreas de cultivo; e os ocupantes, que tomavam ilegalmente diminutas parcelas de terras dentro da área indígena para praticar agricultura de pequena escala. Em todos os casos, não são posseiros, pois nenhuma destas partes possui a posse legal das terras. Pode-se definir a Posse como sendo uma situação fática, de caráter potestativo, decorrente de uma relação sócio-econômica entre o sujeito e a coisa, e que gera efeitos no mundo jurídico (FIUZA, 2003). A Posse, portanto, não se confunde com a propriedade. Esta é fundada em uma relação de direito (natureza jurídica), enquanto aquela é fundada em uma relação de fato (natureza fática) (AQUINO, 2000: 39).

Já o termo colonos é empregado para identificar aqueles que ocuparam os arredores de Morraria do Sul e uma parte da aldeia indígena questionada pelo poder público estadual. Estas terras foram cedidas pela prefeitura da Bodoquena ou pelo governo do estado para fins de colonização, concedendo títulos aos colonos. Porém, cabe destacar que estes representam uma parcela bem menor dos envolvidos. Ambos os termos, “colonos” e “posseiros”, parecem ter sido utilizados pelos jornais para dar ares de legalidade a ações ilegítimas ou, no mínimo, questionáveis.

Desta forma, fica evidente que o Jornal da Manhã adota uma postura de manipulação, tentando conduzir o leitor a uma opinião pré-determinada pelo editorial do jornal. Similar ao Correio do Estado, o Jornal da Manhã adota uma postura de proteção ao setor agropecuário.

Para facilitar a análise dos textos se dividiu os resultados em dois tópicos: análise a partir de palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos e palavras-chave e fragmentos de texto que alteram a percepção do leitor. No primeiro caso, se estabeleceu, a partir da leitura das matérias, uma seleção de palavras que contribuem para a manutenção de uma representação preconceituosa acerca dos indígenas. Já no segundo tópico, elencou-se palavras e fragmentos que distorcem o fato, seja por meio da magnificação dos episódios ou pela tentativa de impor opiniões ao leitor.

No jornalismo existem recursos que os profissionais utilizam para dar impacto ou dramatização em suas matérias. Entre estes está o lide, que nada mais é que o primeiro parágrafo cuja função é introduzir o leitor no texto e prender sua atenção. Nos jornais pesquisados percebeu-se que os jornalistas, em alguns casos, utilizaram o lide para sugerir uma opinião ao leitor antecipadamente à leitura da matéria. Assim, ao passar o primeiro parágrafo o leitor abordaria o restante do texto já com a tendência a uma opinião prévia, opinião esta indicada pela própria linha editorial. Segue abaixo um exemplo de lide, a partir da matéria intitulada “Índios estariam comprando armas em Bodoquena”:

Os índios da reserva de Bodoquena estariam se armando, com parte dos recursos que estão com [como no texto] o arrendamento de suas terras para a criação de gado. A denúncia foi feita em Campo Grande por Antônio Vilhalba, agricultor daquela região, que está muito preocupado com esse problema, que poderá trazer sérias conseqüências se providências urgentes não forem tomadas pelas autoridades ligadas ao assunto (Correio do Estado, 24 de setembro de 1982, p. 5).

De início, consciente apenas do título e do lide, o leitor já sabe do que a matéria está tratando. Mas o lide vai além de situar os tradicionais “quem”, “onde”, “quando”, “como” e “porque”. Diz que índios estariam usando o arrendamento para comprar armas, como se o dinheiro do arrendamento fomentasse uma espécie de “tráfico” de armas, arrematando a matéria com a possibilidade de “sérias conseqüências”, como se a violência fosse um processo unilateral e tivesse sua origem somente no lado do indígena.

Ao construir um discurso de que o dinheiro do arrendamento alimenta compra de armas, o jornal expõe o que grupos organizados reivindicam: uma ação de repressão contra os índios, dando início a um jogo de poder pelo usufruto das terras. De fato, em matéria do dia seguinte, o jornal atesta que a Funai identificou que Antônio Vilhalba era filho de Julião Vilhalba, que estava sendo processado pelo órgão indigenista por invasão de terras indígenas. Percebe-se que o conflito teve sua raiz em disputas políticas que se desenrolavam a quase dois

anos antes de sua eclosão. Múltiplas manobras e estratégias de manipulação política encabeçadas principalmente por grandes proprietários, somadas ao total descontrole das áreas arrendadas (que chegaram a 104) geraram todo o clima de instabilidade que culminou o conflito. Com base na avaliação do caso através das fontes históricas e jornalísticas, defende-se que a irresponsabilidade do Estado de Mato Grosso também foi determinante para o conflito, pois este, durante décadas, distribuiu títulos para colonização de terras em uma área pertencente aos indígenas. Dessa forma, colonos que detinham títulos de propriedade se viram ameaçados pela reivindicação dos indígenas.

Quando a legalidade dos 538 mil hectares da reserva kadiwéu tornou-se inquestionável, em 1º de dezembro de 1983 o Jornal da Manhã publicou uma matéria falando das qualidades dos indígenas como vaqueiros e das perspectivas destes com as novas atividades econômicas a serem desenvolvidas nas áreas retomadas dos ocupantes. Novamente a produção agrícola é o que aproxima os indígenas das qualidades desejáveis pela sociedade. Porém, aqui o jornal parece tecer uma origem heróica dos indígenas cavaleiros do pantanal, quase como uma forma de se retratar diante das anteriores matérias publicadas. Destaca-se também que o texto escrito apresenta uma qualidade muito superior quando comparado com os anteriores, que tinham sérios problemas gramaticais e ortográficos. Percebe-se que esta última matéria se tratava de uma encomenda especial. Abaixo segue imagem reproduzindo a matéria:

Kadiwéus, os novos fazendeiros do Pantanal

“Nossa esperança sempre foi de recuperar o que é nosso, sem violência. Queremos preservar nosso patrimônio, garantir o futuro. Como agora isto está sendo feito, já estamos começando a trabalhar a nossa própria terra”. A afirmação é do índio Martinho da Silva, um dos líderes da comunidade Kadiwéu, da reserva de Bodoquena, em Mato Grosso do Sul, que está sendo desocupada de posseiros e entregues aos seus verdadeiros donos.

Depois da demarcação da área, em definitivo, em 1981, pelo Serviço Cartográfico do Exército, e a conclusão recente do cadastramento de seus ocupantes, faltam apenas as providências do INCRA para a retirada e assentamento dos posseiros.

A medida em que os contratos de arrendamento das fazendas vencem, a FUNAI não os renova, entregando-as aos índios que estão sendo preparados para tornarem-se criadores de bovinos, assumindo, como autênticos vaqueiros que são, as propriedades rurais e transformando-se nos novos fazendeiros do Pantanal Sul-matogrossense. Quinze fazendas já foram entregues à tribo, de um total de trinta, cujos contratos encerram-se no próximo ano e em 85.

A pecuária é uma atividade que se identifica com os Kadiwéus, que hoje passam por um processo de emancipação econômica, preservação e valorização de seu patrimônio material e cultural. “Não tem coisa melhor do que andar a cavalo, laçar um boi, ver nascer um bezerro e saber

de brasileira e, principalmente, evitar novos conflitos com os fazendeiros e posseiros e que já tiveram graves consequências.

LONGE DOS INVASORES

A iniciativa do indígena Martinho da Silva, que foi à Delegacia da FUNAI, em Campo Grande, demitir-se do cargo de vigilante, que exercia há um ano, para tornar-se Fazendeiro, demonstra que os Kadiwéus estão interessados nas atividades que se associem às suas raízes, suas tradições e não querem a violência, como explica o indigenista Liberato Itamar Arriola, chefe do PI de Bodoquena.

Martinho foi vaqueiro desde a implantação do projeto de bovinocultura, em 1975, que resultou na formação de um rebanho de 2.200 cabeças de gado, a maioria nelore, com previsão de serem adquiridos até o final do ano ainda 20 produtores, 200 matrizes e 200 equinos.

— Como este trabalho queremos a integração do índio, acelerar o seu processo de auto-determinação através dos grupos - explicou o delegado regional.

O projeto de bovinocultura foi transferido da Fazenda Nalique, que possui toda infra-estrutura, desde a casa, de tijolos, o curral, mangueiro paiol, etc, para a Fazenda Tarumã, localizada na região de maior concentração dos posseiros. Ainda que estas famílias de invasores estejam na iminência de serem retiradas, a FUNAI preferiu manter os índios afastados, considerando-se que recentemente a Tarumã foi invadida pelos brancos

fazendas ao conselho da tribo, que tem toda liberdade de escolha.

A saída das famílias de seu convívio na comunidade para uma região distante - as fazendas localizam-se mais de dez quilômetros da aldeia - não significa o confinamento. “Lidando com pecuária ou lavoura, o índio também não abandonará seus costumes. O cavalo e o gado estão no seu sangue”, esclareceu o indigenista chefe do PI da Bodoquena.

Embora prefira a pecuária, o Kadiwéus vem desenvolvendo também atividades agrícolas. O projeto garante a distribuição de sementes e defensivos e ainda o preparo do solo. As lavouras, inicialmente, objetivam apenas a subsistência da comunidade, mas é plano da FUNAI ampliar a área de plantio quando as terras férteis forem entregues pelos posseiros e fazendeiros.

“Estamos motivando os vaqueiros que vão cuidar das fazendas a reservarem áreas para desenvolverem projetos agrícolas maiores, possibilitando a comercialização da produção”, informou o agrônomo Lude Simioli. Atualmente, estão sendo preparados 120 hectares, sendo 60 para arroz, 30 para milho e 30 para feijão.

Apenas o preparo da terra é mecanizado; o plantio, os tratos e a colheita são manuais e feitos pelos índios, com apoio técnico da FUNAI.

ACESSO DIFÍCIL

A reserva dos Kadiwéus localiza-se a 380 quilômetros de Campo Grande. A partir do posto de vigilância da

aldeia de bovinocultura, os indígenas vaqueiros estão animados com a divisão das fazendas e, ao final da tarde, se reúnem com os funcionários da FUNAI, conversam muito, contam suas histórias e tomam o tradicional “tereré” (erva-mate com água fria). Em todas as concentrações, esse costume faz parte da saudação aos visitantes.

No posto indígena de Bodoquena, a 30 quilômetros de Morraria, fica a maioria do grupo de 1.200 índios Kadiwéus e alguns do grupo dos terenos que, por consentimento do conselho, casaram-se na aldeia. Na chegada ao posto indígena entre uma pista de aviação e a casa da FUNAI, grandes áreas estão sendo desmatadas ou já em fase de preparo do solo para o plantio do arroz, feijão e milho.

A aldeia está situada no vale da Bodoquena. Ali, a Fundação Nacional do Índio instalou escolas de 1.ª Grau, atualmente com 90 crianças matriculadas, além de enfermaria e cantina.

CAVALEIROS DO PANTANAL

Os donos da área de 550 mil hectares são índios guerreiros, descendentes dos famosos Guaicurus, chamados de “Cavaleiros do Pantanal”. Eles participaram da Guerra do Paraguai, quando, armados de forma primitiva, dizimaram os paraguaios às portas do Forte Coimbra, próximo a Corumbá. Como prêmio a esse ato de heroísmo, Dom Pedro II doou a área onde localiza-se a reserva. Durante todos estes anos a férteis terras foram

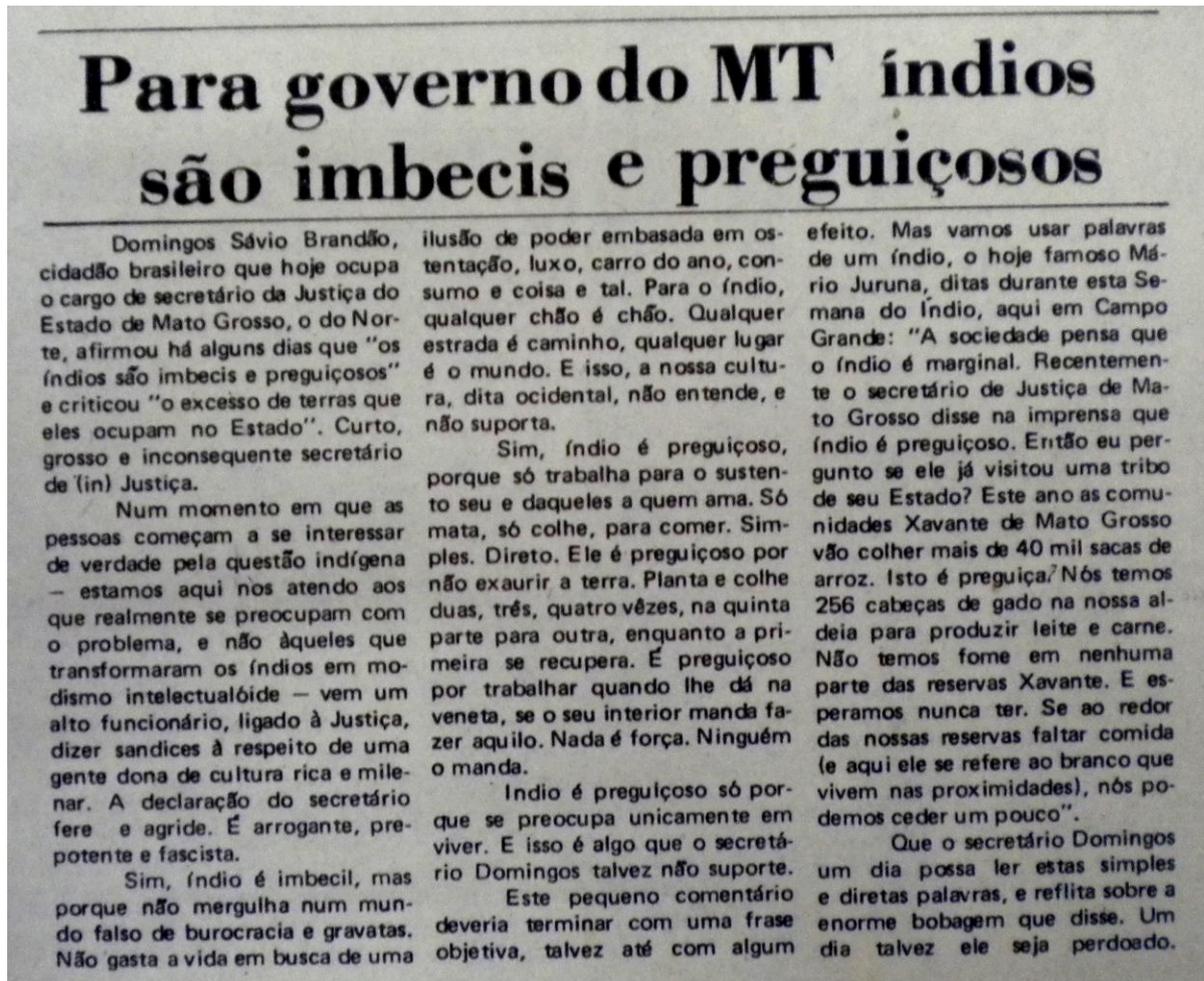
Jornal da Manhã, de 1 de dezembro de 1983.

De todas as formas, é sempre a figura do fazendeiro a enaltecida, e não a do indígena. O ideal é o fazendeiro, que está ligado a questão da produtividade. Como diz a matéria acima, as terras estão sendo devolvidas: “[...] aos índios que estão sendo preparados para tornarem-se criadores de bovinos, assumindo, como autênticos vaqueiros que são, as propriedades rurais e transformando-se nos novos fazendeiros do Pantanal Sul-matogrossense”. Desta forma, a matéria induz à idéia de que o índio para superar sua condição de “inferior” deve se tornar vaqueiro, fazendeiro, produtor rural.

3.1.1 Palavras-chave que evidenciam imaginários depreciativos

Neste subitem serão abordadas palavras-chave identificadas nas leituras dos textos jornalísticos que refletem imaginários depreciativos e perpetuam representações pejorativas acerca dos kadiwéu e dos povos indígenas em geral.

Em alguns jornais é nítido o preconceito com que os índios são tratados. Mas, esse preconceito não se refere exclusivamente aos profissionais da área jornalística, mas perpassa toda trama social e retorna notório no discurso de autoridades do poder público. Como mostra a seguinte matéria, veiculada pelo Jornal da Cidade, jornal esse que circulava semanalmente. Datado de 20 a 26 de abril de 1980, esse texto foi publicado na página 2 do periódico.



Jornal da Cidade, 20 a 26 de abril de 1980.

A matéria acima criticou severamente o comentário do Secretário da Justiça de Mato Grosso, Domingos Sávio Brandão, refletindo a linha editorial do Jornal da Cidade, sempre com crítica de conteúdo mais refinado que os concorrentes e posicionando-se a favor dos indígenas. Mas, o imaginário do índio preguiçoso e intelectualmente inferior aparece em matérias do Jornal da Manhã e do Correio do Estado, sustentando esta representação preconceituosa. Trata-se de uma declaração feita por autoridade pública do Estado de MT, ou seja, representa uma posição tida por "oficial", tornando tênues os limites entre o político e o

preconceituoso. Nas consultas feitas constatou-se que, em princípio, somente o jornal acima comentou o fato.

No Jornal Diário da Serra, ao fazer uma declaração, na matéria “Moreira leal pede franqueza e ouve diversas denúncias”, o Presidente da Funai, ao se referir ao local onde os indígenas habitavam usa o termo **mato**, como alusão à situação geográfica da aldeia, distante dos grandes centros: “Temos vários convênios de saúde, educação e desenvolvimento comunitário nas mais diversas regiões do país. Mas que podemos fazer para ampliar esse atendimento se médicos e professores não querem ir para o mato?” Essa afirmação torna a evocar aquele imaginário medieval do *silvaticus*, posteriormente projetado aos índios, situando-os como indivíduos que habitam as matas e vivem apartado da civilização. O mais interessante é que se trata de uma autoridade da Funai.



Jornal Diário da Serra, de 17 de agosto de 1982.

A palavra-chave *primitivo* também aparece em meio aos textos jornalísticos, como no caso do artigo intitulado: “Os primitivos habitantes de MS”, do dia 12/13 de abril de 1980

na página 9 do Jornal Correio do Estado. Esse texto foi publicado como sendo de autoria de J. Barbosa Rodrigues, o fundador e Diretor do referido jornal no período em questão. No desenvolvimento o texto, ao falar dos indígenas, se refere a “tribos selvagens”. Já no primeiro parágrafo o termo é usado:

Quando Pedro Álvares Cabral aportou às terras no Brasil, em 1500, eram incultas, mas habitadas por tribos selvagens bastante primitivas nos seus usos e costumes. Era praticamente uma terra virgem, onde não chegara a civilização européia, que era mais avançada de toda terra.

O termo “primitivo” reflete o pensamento do evolucionismo social do século XIX, que estabelece escalas evolutivas, situando como primitivos aqueles povos classificados por Morgan nos estágios de selvageria e de barbárie (ESPINA BARRIO, 2005: 74-75), considerados por ele mais atrasados dentro do ideal civilizatório da humanidade, que teria na Europa sua máxima expressão. Diante desta classificação preconceituosa, o termo “primitivo” foi banido do meio acadêmico, mas, ao que tudo indica, segue em uso e com força em outros segmentos, que se apropriam do termo para fins políticos.

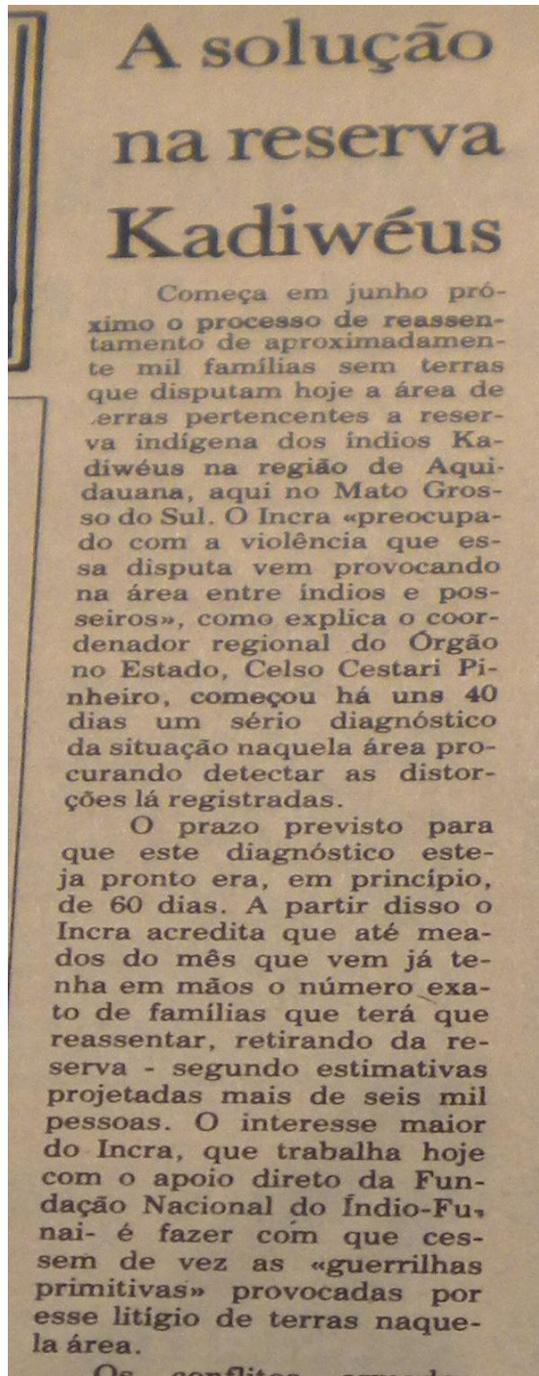
Bem nos lembra Alcida Ramos (1998: 40-45) que o conceito de “primitivo” foi fornecido pela antropologia por um de seus maiores tratados narrativos. Entretanto, autores contemporâneos têm insistido que primitivo é essencialmente um conceito temporal, uma categoria e não um objeto; uma categoria do pensamento ocidental de que os primitivos são feitos e não encontrados, que os primitivos não são um fato, mas uma interpretação.

Como exemplo destas construções de categorias simbólicas que emanam representações, cita-se a matéria publicada pelo jornal Correio do Estado, em 18 de fevereiro de 1981:

OS PRIMEIROS DADOS SOBRE OS INDÍGENAS SÃO DECEPCIONANTES

(...) Para eles, índios alegres rodeando o ‘cacique’ e respeitando o ‘pagé’ somente nos filmes, ressaltando que ‘muitos dos nossos colegas chegaram a pensar que seria uma das viagens mais lindas que se poderia fazer. Logicamente, já sabíamos que não seria um passeio turístico, porém, não prevíamos ver tanta miséria e depredação na terra dos índios.

O comentário das expectativas das equipes do Projeto Rondon que trabalharam no Mato Grosso do Sul exemplifica como imagens idealizadas estão impregnadas no imaginário popular e como o contato com a realidade entra em choque com as figurações pré-concebidas.



Jornal Diário da Serra, de 11 de maio de 1983

No Jornal Diário da Serra, também aparece o termo “guerrilhas primitivas”, se referindo aos conflitos da Bodoquena. Além da palavra guerra ser usada como meio de dar

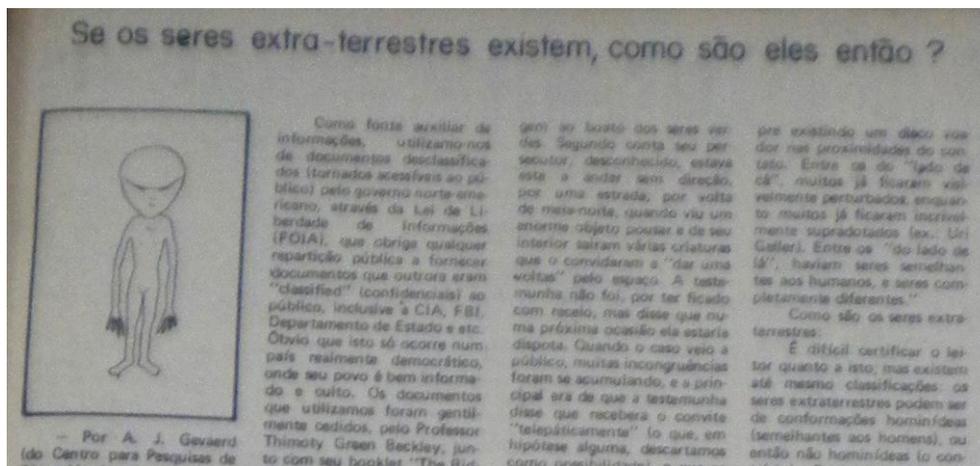
magnitude aos conflitos, o termo primitivo leva a imaginar uma situação de selvageria na perspectiva do evolucionismo social, onde homens embrutecidos munidos de tacapes guerreavam entre si em batalhas francas e sangrentas. Conforme matéria do dia 11 de maio de 1983: “O interesse maior do Incra que trabalha hoje com o apoio direto da Fundação Nacional do Índio – FUNAI – é fazer com que cessem de vez ‘as guerrilhas primitivas’ provocadas por esse litígio de terras naquela área”.

O uso de palavras que carregam sentidos ocultos, ou seja, que guardam significados subliminares, aparece com frequência nos jornais pesquisados. Essas palavras eram comuns nesses veículos de comunicação, como é o caso do Jornal da Cidade, do dia 06 de janeiro de 1980, que logo no título emprega o termo Selvagem: “*Cotidiano Selvagem*”, aparecendo na mesma página fotos dos indígenas. O mesmo jornal, ao veicular informações sobre o histórico da questão de terras na atual Bodoquena, intitulada: “A história se repete”, usou o termo Selvagem ao se referir a esses habitantes: “O trabalho foi iniciado em novembro de 1899, quando o agrimensor chegou a Corumbá, colhendo informações dos entendidos, sobre as condições daquelles selvagens”.(Jornal da Cidade, p. 4 e 5, 26/06 de 1983; foto-reprodução da matéria figura entre os anexos). Percebe-se que ao se referir aos índios era constante o uso desses termos pejorativos.

Outro jornal da mesma década, o Correio do Estado ao publicar o artigo “Cabral, os índios e o futuro”, do dia 20 de maio de 1980, o autor também se refere aos indígenas como selvagens: “Cinco ou seis selvagens, dos quais já haviam trocado seus arcos e flechas por presentes dos brancos...”(p.6) (foto-reprodução da matéria completa entre os anexos). Desta maneira, fica evidente que este termo era utilizado não só por jornalistas e que faz parte do vocabulário regional das pessoas.

A mídia ocupa um importante papel na constituição do imaginário popular. A aura de veracidade que se atribui especialmente aos jornais impressos faz com que muito do que neles é publicado acabe se incorporando às representações coletivas. Por outro lado, não se pode negar que existe uma predileção quase obsessiva pelas matérias sensacionalistas, que cativam a atenção do leitor, sendo que os temas mudam de tempos em tempos, pois são influenciados por tendências de épocas. Desta forma, fica evidente que, se por um lado o jornal influencia o imaginário popular, a variação nos temas em foco mostra que o inverso também é verídico.

Para exemplificar esta relação entre os jornais e o imaginário popular se tomará os temas ufológicos. Observou-se durante a pesquisa nos jornais que foram objeto desta dissertação que havia certa recorrência de matérias sobre a existência de seres extraterrestres. Esta temática foi muito popular na década de 1980, alimentando não só a indústria cinematográfica, mas também as matérias jornalísticas de muitas formas de mídia. Os jornais em questão por vezes dedicavam longos espaços a artigos que se ocupavam da descrição detalhada de como seriam estes seres, sobre suas tecnologias e ainda sobre como estes interagiam com pessoas ao redor do mundo.



Matéria sobre extra-terrestres veiculada no Jornal da Cidade, ano de 1982.

Ao mesmo tempo em que estas matérias produzidas para instigar e "retratar" o imaginário popular, aberto a notícias sobre *contatos imediatos* (termo ufológico) e pela fascinação acerca da vida fora da terra, a publicação destas matérias também servia de combustível para o imaginário coletivo, que elaborava variações da temática inicial a partir de

mecanismos de interpretação e difusão destas idéias. O mesmo princípio de imaginário e representações, influenciado por tendências de épocas, é aplicado a outras variáveis, como a temática indígena. Na verdade, a idéia inicial – ou seja, o fato comunicado – é acomodada de diferentes formas no interior dos subgrupos sociais, pois cada subgrupo estabelece uma representação do mundo orientada pelas cargas culturais que lhes são inerentes.

A reprodução de representações de um modelo de índio selvagem também é estimulada pelos jornais entre as crianças. Na edição de 23 de abril de 1983, bem em meio à intensificação dos conflitos entre indígenas e posseiros na Serra da Bodoquena, o Jornal da Manhã publicou o desenho abaixo na folha de variedades.



Jornal da Manhã, 23 de abril de 1983, pg. 5.

Na imagem acima – o jornal se utiliza de um personagem similar ao popular “papa-capim” de Maurício de Souza – é possível entender um discurso inerente, que trata do índio como reflexo de uma representação: só é índio o que tem flecha e anda trajado “a caráter”; o índio aqui perdeu sua flecha, que simboliza sua cultura; está em busca de seus laços com aquilo que o converte em “índio de verdade” – a sua flecha. O índio aqui perdeu sua flecha, ou seja, perdeu sua cultura. No contexto conflitivo a que veio à luz, esta caricatura é uma ironia (disfarçada de inocência) da suposta perda de identidade dos indígenas que agora “precisam da nossa ajuda”.

Também no Jornal da Manhã, em matéria veiculada no dia 17 de junho de 1983, o jornalista se refere aos kadiweu como “selvícolas” [sic] e isso mais de uma vez durante a matéria. Percebe-se desde o início da leitura uma tentativa deste jornal em estabelecer uma fronteira étnica, relegando aos indígenas o mero papel de “habitante das selvas”.

Na mídia, a representação do indígena como “selvagem” é recorrente e, nesse sentido, o afasta da condição de “pessoa” “como nós”. A mídia, com sua grande participação na construção de representações, ao divulgar uma notícia num jornal de grande circulação, situando-o em posição de inferioridade, fornece ao leitor uma idéia dissimulada de que o indígena carece de atributos plenamente humanos.

Temos aqui um contraponto: de um lado o Jornal da Cidade que estabelece um jornalismo polifônico como prioridade editorial, dando voz também ao indígena; de outro, os demais jornais que pouco (ou nada, como o Jornal da Manhã) falam a respeito da versão dos indígenas. Neste caso, o que os jornais silenciam também é um discurso velado. Eni Orlandi comenta que há um histórico de silenciamento na história do Brasil:

O discurso sobre o Brasil ou determina o lugar de que devem falar os brasileiros ou não lhes dá voz, sejam os nativos habitantes (os índios), sejam os que vão-se formando ao longo da nossa história. O brasileiro não fala, é falado. E tanto há um silêncio sobre ele, como ele mesmo significa silenciosamente, sem que os sentidos produzidos por essas formas de silêncio sejam menos determinantes do que as falas “positivas” que se fazem ouvir categoricamente (ORLANDI, 1990: 50).

Fica muito claro o silêncio dos jornais como manifestação de poder político, poder que silencia, que não dá voz, convertendo os Kadiwéu em aquele que na perspectiva de Orlandi “não fala”, mas sim “é falado”. O silêncio evoca aqui a questão de que a versão

“oficial” é a correta – aquela que vem das “vítimas”, os que produzem – ficando todo o discurso oposto no vazio, no “silêncio” em forma de oposição ao produtivismo, que tem no indígena kadiwéu sua expressão silenciosa.

3.1.2 Palavras-chave e fragmentos que alteram a percepção do leitor

Ficou evidente na leitura dos textos que os jornais, principalmente o Correio do Estado e o Jornal da Manhã, tinham a tendência de tentar modificar o quadro do conflito, dando magnitude ao fato ou mudando a qualidade dos implicados, ora legitimando a ação dos ocupantes e posseiros, ora desenhando um quadro em que os kadiwéu eram “guerrilheiros primitivos”.

O Jornal da Manhã, em matéria do dia 23 de abril de 1983, faz uso de uma estratégia de linguagem para compor uma imagem do índio bárbaro. Ao redigir o texto o jornalista faz uso de palavras que conferem magnitude ao evento, além de impor uma visão unilateral como factível. Primeiramente, identifica-se a inserção de passagens dramáticas (ou melhor, dramatizadas) para sensibilizar os leitores em relação aos posseiros. O texto “abusos praticados pelos índios” deixa claro que o jornal pretende situar os kadiwéu na condição de culpados. Apesar de muitas vezes intercalar a culpa entre Funai e Governo, constantemente edifica um quadro do índio cruel que impele medo aos “posseiros” e “colonos” (termos empregados pelo jornal).

Esta matéria é muito importante para a pesquisa desenvolvida, pois reflete claramente uma estratégia de sugerir uma opinião ao leitor. Já no lide, o jornal coloca que “todos puderam saber, de maneira até mesmo chocante, os atos praticados pelos Kadiweus” e segue destacando que estes “atos” ocorreram “(...) com total apoio dos funcionários do órgão indigenista”. O leitor, já no primeiro parágrafo tem a idéia de que os índios partiram para o ataque gratuito e que se tratava de uma conspiração (confabulações entre dois ou mais agentes) para desterrar os “posseiros”. O parágrafo introdutório fecha com a seguinte frase:

Naquela quarta-feira, a comissão de 10 colonos, representando mais de 300 famílias atemorizadas e que atualmente estão refugiadas no município de Bodoquena passando uma série de privações, explicou detalhadamente às autoridades presentes

o que significou esses quase dois meses de ameaças, abusos e expulsões sob a ameaças de armas (Jornal da Manhã, dia 23 de abril de 1983).

Consolida-se aí a estratégia de já no primeiro parágrafo extrair uma opinião do leitor, conduzindo-o a uma interpretação parcial dos fatos, que coloca os indígenas na condição de culpáveis e maldosos.

Percebe-se também que o redator confere magnitude ao conflito, fazendo uso de palavras e fragmentos que reportam a uma situação de guerra. A respeito dos invasores e arrendatários expulsos, quando estes buscam pouso em Morraria do Sul, o jornalista utiliza o termo “refugiados” em mais de um momento da matéria: “Os posseiros lembraram que mais de 300 pessoas estavam aguardando uma resposta refugiadas em Bodoquena” (Jornal da Manhã, 23 de abril de 1983, p. 02). O uso do termo “refugiado” confere ao conflito características de guerra, pois é comum a associação do termo aos que buscam abrigo em situações de guerras e catástrofes. A título de esclarecimento, o jornal repete em outras matérias a informação de que os colonos teriam se abrigado no centro comunitário da Bodoquena, quando na verdade ficaram no centro comunitário de Morraria do Sul, reiterando a problemática da imprecisão dos dados veiculados pela imprensa.

Na medida em que a matéria se desenvolve, consolida-se o papel que o jornal tenta atribuir aos indígenas, como marginais perante a lei. O termo “elementos” é empregado para se referir aos indígenas: “Assim é óbvio que os elementos daquela reserva saíssem demonstrando uma autoridade que nunca possuíram” (Jornal da Manhã, 23 de abril de 1983, p.3). O termo “elemento” é utilizado em linguagem policial para referir-se aos meliantes ou a pessoas em atitudes suspeitas. Ou seja, os índios em defesa da reserva são classificados pelo jornal como marginais. Mas a coroação do papel de delinqüente (aquele que pratica delito) vem com a consolidação de uma antiga representação preconceituosa: a do índio incapaz e infantil. O jornalista destaca na matéria: “Ocorre que pela lei, os indígenas são considerados menores e relativamente incapazes e, portanto, não se concebe que possam andar com rifles, pistolas e até mesmo Berettas”. Após colocá-los na condição de mentalmente incapazes (infantis por natureza), acrescenta o jornal que estes indígenas não podem portar armas de fogo, contrastando com os colonos como sendo legítima a ação destes portarem armas. A questão da infantilidade do indígena é importante observar, foi uma das justificativas utilizadas pelo conquistador colonial para tomada do território: “A ‘infantilização’ do ameríndio resolveu a questão do domínio espanhol e, ao mesmo tempo, permitiu a inclusão

dos novos selvagens na ‘grande cadeia do ser’ numa modalidade mais piedosa de inferioridade [...]” (WOORTMANN, 2004: 140).

Ainda na mesma matéria do Jornal da Manhã (de 23 de abril), destaca que um colono, no dia 03 de março, estava com seu filho de 12 anos trabalhando na lavoura, quando deles se aproximaram cinco Kadiwéus “armados até os dentes” para cobrar arrendamento por meio da violência. Na forma apresentada, o grupo de índios pode ser interpretado como uma milícia, atuando ilegalmente e fortemente armada para extorquir do “colono”. Além de novamente reiterar uma situação de guerra, reforça a idéia de que o índio está tirando o branco de seu trabalho produtivo, estabelecendo novamente uma representação preconceituosa de “não indígena produtivo” *versus* “índio improdutivo e preguiçoso”.

Na edição do dia anterior (21/22 de abril de 1983) o Jornal da Manhã já iniciara sua estratégia de subliminarmente repassar a idéia do indígena violento e improdutivo:

OS FATOS – atualmente são mais de 300 famílias dessas três regiões (que formam a chamada Serra da Bodoquena) que estão abrigadas na beira da estrada ou mesmo no Centro Comunitário do município de Bodoquena. Muitas estão passando necessidade pois estão proibidas de adentrarem na área que ocupavam (como posseiros) e onde possuem suas plantações.

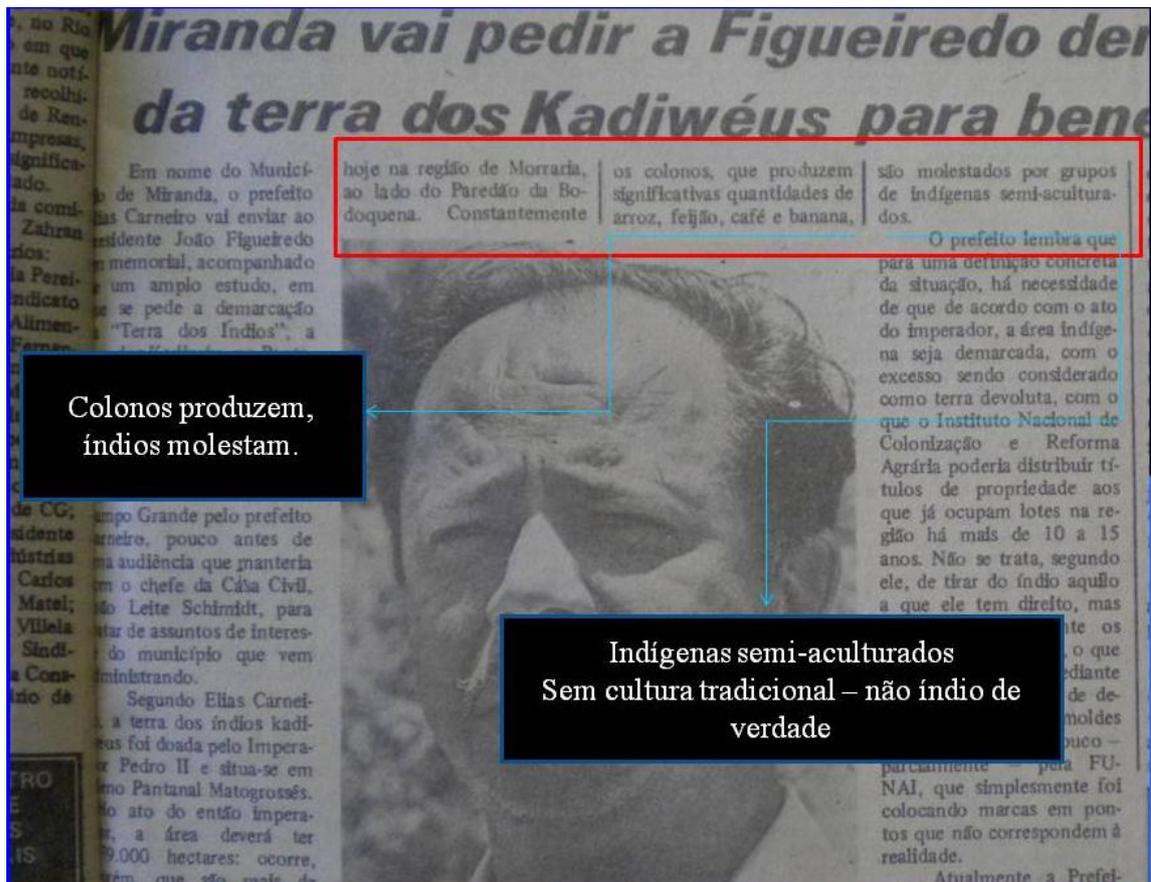
Desde o início de março – quando os kadiweus assassinaram 2 pessoas – os posseiros ficaram intimados pois os índios começaram a praticar uma série de barbaridades. Queimavam ranchos (de acordo com um dos membros da comissão, cinco crianças sofreram graves queimaduras em consequência disso), ameaçavam de estupro as mulheres, divertiam-se à custas das crianças ameaçando-as com armas de grosso calibre, enfim, praticamente deixavam insuportável a vida de todas essas famílias (Jornal da Manhã, 21/22 de abril de 1983, p. 2).

Quando o jornalista utiliza em destaque de subitem a palavra “fatos”, dá a entender que esta versão unilateral é a única verdadeira. Ao dizer que os colonos estavam sendo “intimados” pelos indígenas, provavelmente quis dizer “intimidados”, dando seqüência a uma apelativa dramatização do fato, digna de novela.

Cabe ressaltar, conforme mencionado anteriormente, que o conflito tem fortes indícios de haver sido fomentado pelos fazendeiros, dado que o Jornal da Manhã faz questão de omitir. Uma matéria publicada pelo Correio do Estado, em 04 de junho de 1982 relata o ataque a um lavrador que teria sido baleado pelas costas a mando de fazendeiros locais interessados em arrendar a totalidade das terras indígenas kadiweu sem a concorrência dos posseiros. Conforme a matéria veiculada pelo jornal Correio do Estado, de 11 de março de

1983, fica claro que os fazendeiros instigavam conflitos, armando índios e posseiros num estratégia para dominar todas as terras arrendadas.

A relação “produtivo” *versus* “improdutivo” é abordada de maneira sobressalente em uma matéria publicada no jornal Correio do Estado de 17 de abril de 1980. No título da matéria aparece um personagem como “defensor” dos colonos: “Miranda vai pedir a Figueiredo demarcação legal da terra dos Kadiwéus para beneficiar colonos”. Na sequência, a matéria veicula que “constantemente os colonos, que produzem significativas quantidades de arroz, feijão, café e banana, são molestados por grupos de indígenas semi-aculturados”. O repórter mergulha fundo na tentativa de destacar esta representação do índio improdutivo que se levanta para “molestar” os colonos, que são figurados como os únicos que plantam: representação reiterada “índios molestam e colonos plantam”. Outro termo utilizado pelo repórter que tem função política é “semi-aculturados”, aplicado no sentido daqueles que perderam sua essência cultural, vivendo apartados da cultura tradicional, ou seja, deixando de ser “índios de verdade”.



Esta questão das transformações culturais decorrentes do contato interétnico é bastante controversa. Criou-se um termo técnico para explicar este fenômeno de mudanças nos hábitos e costumes em função de interação: a “aculturação”. Lentamente o termo vai perdendo espaço no meio acadêmico, pois se por um lado explica as imposições operadas contra grupos humanos por outros segmentos exógenos poderosos a ponto de trazer sérios danos físicos e simbólicos, por outro parece remeter a um ideal de preservação cultural, o que não existe dada à característica essencial de dinamismo da cultura.

Contudo, para compreender a verdadeira intenção do discurso anti-indígena de Miranda é necessário conceituar “aculturação”. Denis Cuche (2002) explica o termo partindo do princípio que existem grupos sociais que estão em relação de dominação ou de subordinação em suas interações e a dominação cultural por vezes desencadeia efeitos perversos. Entre esses efeitos está a imposição de normas culturais, que passam a ser seguidas graças a essa relação de dominado, surgindo assim a “aculturação”. Porém, em dado momento segmentos políticos se apropriaram do termo “aculturação” para se reportar a grupos autóctones que de acordo com uma falsa concepção teriam abrido mão de sua cultura tradicional assumindo totalmente o modo de vida da sociedade não indígena.

Conforme nos lembra Cuche (ibid: 111) durante os primórdios da etnologia as culturas ditas “primitivas” “eram percebidas como culturas pouco ou não modificadas pelo contato, supostamente muito limitado, com as outras culturas”. Este imaginário acerca das culturas tradicionais e da aculturação ganhou muita força, pois passou a servir de justificativa para desclassificar muitos grupos autóctones no processo de tomada de seus territórios tradicionais, como é possível de se notar nas palavras do repórter que compôs a matéria acima discutida.

Retomando a análise dos jornais, o Jornal da Manhã destaca-se, entre os demais por, em dados momentos, apresentar textos de qualidade questionável. Em alguns momentos os problemas de redação chegam a tornar a matéria quase incompreensível. Além dos muitos erros de grafia e concordância, não são raros os problemas de coerência e coesão do texto. A péssima qualidade do texto escrito somada a uma política editorial tendenciosa, carregada de preconceitos explícitos e velados sobre os indígenas, torna esse jornal uma referência negativa

no tratamento da temática indígena. O texto a seguir exemplifica o que afirmamos sobre este jornal:

A situação na área encontra-se muito tensa, muito embora, o delegado regional, tenha revelado que tudo está sob controle, com os índios estando na sede da reserva e os posseiros até agora não, estão esboçando qualquer reação apesar dos rumores de que estariam dispostos a atacar o local onde estão os indígenas. Ontem mesmo seguiram para a região quatro elementos pertencentes à Funai sendo que no decorrer do dia de hoje comçarão (como no texto) a serem divulgadas as versões oficiais, sobre o problema (Jornal da Manhã, 09 de março de 1983, p. 03).

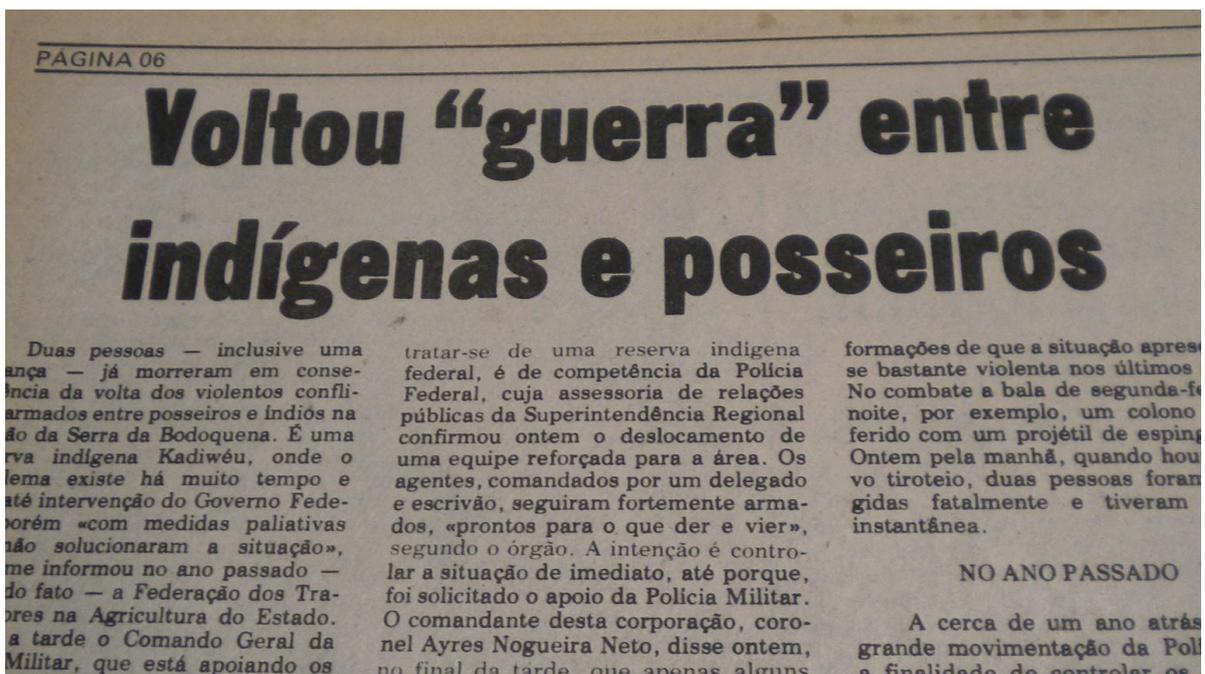
A matéria trata sobre o assassinato de dois colonos praticado pelos indígenas, afirmando a possibilidade de retaliação dos posseiros contra os kadiwéu. Na matéria do dia 11 de março, o jornal coloca as duas versões apresentadas pelo fato, uma fornecida pela Funai e a outra pela Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul), mas atribuindo aos indígenas o termo “elementos”, reiterando uma classificação criminal, conforme já discutido. Na sequência, em matéria do dia 15 de março de 1983, o mesmo “Jornal da Manhã” divulga que o motivo do assassinato teria sido mesmo vingança dos indígenas a um ataque que um kadiwéu sofreu em emboscada.

Aproveitando a repercussão do caso, o presidente da Famasul – Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul – reclama que uma demarcação conclusiva seja efetuada na Bodoquena, atribuindo aos indígenas uma área de 373 mil hectares. O que a entidade buscava era a apropriação de cerca de 150 mil hectares que legitimamente pertenciam aos indígenas, e o Jornal da Manhã, ao veicular esta demanda, acompanhada de dados e decretos estaduais questionáveis – ou seja, conflituosos com a esfera federal –, reitera seu compromisso com os produtores rurais:

Estas terras, conforme explica [Famasul] foram demarcadas entre dezembro de 1.899 a janeiro de 1.900 pelo agrimensor José Barros Maciel por determinação do então governador Antonio Pedro Alves Barros. O memorial descritivo (manuscrito) do agrimensor apontava que a área apurada 373.024 ha. aprovada em 1.903 através de ato governamental e ratificada em 1.931 pelo Decreto no. 54, assinado pelo então interventor federal em Mato Grosso, coronel Antonio Menna Gonçalves, confirmando o usufruto aos índios cadiués (Jornal da Manhã, 20 de abril de 1983, p. 6).

Dando sequência à matéria, o jornal apresenta os argumentos do presidente da Famasul como uma “denúncia”, passando a impressão de que demarcação federal, dos 530 mil hectares, seria ilegítima e ilegal.

As matérias eram montadas tendo nos conflitos o fio condutor. Como estratégia jornalística, os conflitos foram redefinidos nos textos, assumindo feições que os aproximariam a uma condição de guerra. A estratégia obviamente servia para capturar a atenção do leitor, porém, o uso da palavra “guerra” acaba por transmitir ao leitor uma imagem talvez um pouco diferente do real estado das coisas, pois entre as concepções de conflito com baixas e guerra ainda há uma grave distância. A edição do Diário da Serra publicada no dia 09 de março de 1983 é exemplo: “Voltou ‘guerra’ entre indígenas e posseiros”, no dia seguinte 10 de março, jornal anuncia na capa a seguinte manchete: “‘Guerra’ de posseiros e índios vai para Brasília”.



Jornal Diário da Serra, de 09 de março de 1983.

O fato de o termo aparecer entre aspas revela que o editor está ciente de que seu emprego não é de todo apropriado. Contudo, outras formas de conduzir o texto também indicam um caminho similar, dando tônica bélica por meio de textos chamativos:

Serra da Bodoquena está cercada por policiais. Clima é de tensão.

A situação permanece tensa na região da Serra da Bodoquena, em decorrência dos violentos combates a bala travados entre índios e posseiros nas últimas 48 horas (Jornal Diário da Serra, 10 de março de 1983).

Ainda que indiretamente, o texto passa a impressão de um clima de guerra instaurado na Serra da Bodoquena. Também no jornal Diário da Serra, no dia 11 de março de 1983 em matéria “Exumação de posseiros é reivindicada”, um jornalista ao deixar claro não saber o motivo de tanta violência por parte dos indígenas, aproveita-se da matéria para passar forte juízo de valor:

Sem entrar no mérito da questão, o problema dos exatos limites da área kadiwéu e se os trabalhadores rurais ocupam indevidamente reserva indígena, é preciso que se diga a razão principal da violência e a existência de índios armados que matam, saqueiam e tentam estuprar mulheres de trabalhadores rurais.

O leitor, que evidentemente não presenciou o ocorrido, acaba por ser conduzido a um raciocínio parcial e depreciativo, tomando por suas as idéias monologistas (termo o usado por DALMASO & SILVEIRA, 2003) sustentadas pelas respectivas linhas editoriais. Neste momento os jornais acabam por ferir a principal regra do jornalismo: a de ouvir todas as partes envolvidas e dar direito de expressão aos diretamente afetados pelo texto publicado. No caso, o silêncio destes jornais acaba por dizer muito sobre a política editorial, que desconsidera os indígenas indignos ou incapazes de expressar suas opiniões a respeito do que é publicado. No caso, pior que anônimos, os indígenas ora são classificados como únicos culpados do conflito, condenados pela mídia sem julgamento ou direito de resposta. A regra é a seguinte: silêncio = culpabilidade = barbarismo.

Como contraponto às matérias mais parciais dos jornais “Correio do Estado”, “Diário da Serra” e “Jornal da Manhã”, aparece a proposta do Jornal da Cidade de desconstruir esta imagem que a população tem dos indígenas. Na edição de 26/04 a 01/05 de 1982, na matéria “Índios não querem política nas aldeias”, no subitem “Proposta Concreta”, aparece uma proposta de repensar a maneira como o indígena é abordado nos colégios, caracterizando a proposta do jornal em se apoiar na posição de pesquisadores da temática indígena:

(..) o professor Chaves sugeriu aos professores de história que se encontravam no local, que formassem um grupo de trabalho, junto a todos os professores da área, para tentar contornar os erros cometidos até hoje nos colégios: o de mostrar a criança, o índio como uma “coisa” do passado, folclórico e sobretudo, com uma concepção romântica, quando vivemos em um Estado, onde a população indígena é

bem representativa e não se tem a menor consciência pública sobre estas minorias étnicas e sociais (Jornal da Cidade, 26/04 a 01/05/1982, p.6).

Desconstruir esta imagem impregnada no imaginário de cada cidadão é um processo a longo prazo, tendo em vista que desde criança ao frequentar a escola somos ensinados a ver o índio como personagem do folclore brasileiro e ao desfolhar os livros de história representações preconceituosas são replicadas. Percebe-se o senso crítico do Jornal da Cidade, indo fundo na delicada questão indígena.

Porém, os méritos não são exclusivos do Jornal da Cidade. Ao mesmo tempo em que o Diário da Serra publica matérias com forte juízo de valor, em outros momentos parece também indicar um caminho alternativo. Em uma de suas edições publicou uma matéria a respeito da representação que as pessoas têm dos indígenas, ouvindo várias das partes envolvidas em torno da temática indígena. Ao utilizar-se de declarações de não indígenas juntamente com a dos indígenas, focando-se mais nas pessoas do que nas “declarações oficiais”, o autor da matéria estava focado em um jornalismo de cunho polifônico, numa postura de vanguarda para seu tempo.



A publicação acima consta do dia 20 de abril de 1983, ano em que ocorreu o conflito na Bodoquena. Foi veiculada na página 4 com o título: “Reflexões sobre o que os brancos pensam dos índios”, juntamente com outros textos que dizem respeito a esse povo. A matéria reproduz o discurso de um indígena, Daniel Matenho Cabixi, que expõe como entende o imaginário dos brancos a seu respeito: “Enfim, percebo que as interpretações e comparações que fazem não passam da categoria de animais exóticos que habitam a selva”. Desta forma, percebe-se que os indígenas não aceitam ser vistos como sujeito despolitizado, ignorante da sua situação sócio-política – como os jornais por vezes tentam passar por meio do silêncio que delegam a este lado envolvido no conflito – mas sim um grupo engajado e ciente dos conceitos e preconceitos que a sociedade nacional nutre a seu respeito. Tratam de se manifestar criticamente quando se lhes concede o direito à fala.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida permitiu trazer a tona uma discussão sobre representações mantidas no imaginário coletivo acerca dos povos indígenas no Brasil. Conforme argumentado no Capítulo 1, estas representações são sustentadas por uma raiz antiga, cujas origens remontam a idade antiga, perpassam a idade média e são reavivadas na idade dos descobrimentos e da conquista, chegando até a contemporaneidade. O conceito do “silvaticus” aparece para dar imagem ao conflito humano: uma luta entre a razão do ser civilizado em oposição ao seu lado mais animal e irracional. As representações mentais da antiguidade clássica foram reformuladas e projetadas para o contexto colonial, tomando os ameríndios como a prova material da existência do “selvagem”. Com base nisso muitas idéias/imagens depreciativas se impregnaram no imaginário social, permanecendo em diversas formas até os dias atuais. Neste sentido, é possível perceber que inúmeras representações depreciativas são reproduzidas nas escolas, perpetuando um imaginário etnocêntrico e depreciativo acerca dos indígenas brasileiros.

Desta forma, entende-se que as representações que traduzem o outro são historicamente constituídas e que o mesmo objeto pode ser possuidor de imagens mentais muito díspares. Constitui-se, desta forma, um campo de trabalho extremamente fértil para o historiador, permitindo que as análises das representações sejam um veículo para melhor compreender o outro e a nossa própria relação com este outro. É indiscutível que a sociedade nacional guarda uma imagem distorcida acerca dos indígenas, calcada em estereótipos. Acerca disso, Jaime Siqueira Junior vai tecer o seguinte comentário

Os dançarinos ornamentam-se com os chiripá, colares de sementes e pinturas a base de cal e cinzas, acrescentando invariavelmente elementos exógenos e inovadores à sua indumentária. Alguns possuem cocares de penas e outros adereços guardados especificamente para essa ocasião: para “brincar de índio”. Trata-se enfim, de brincar com a imagem de índio que os não-índios cultivam, incorporando momentaneamente essa imagem com o objetivo de legitimar sua própria identidade étnica e tentar escapar da condição freqüentemente estigmatizada que lhes é impostas (SIQUEIRA JUNIOR, 1993: 86).

Existe sempre uma expectativa dos não indígenas acerca do que seria o “verdadeiro” indígena. Sempre que a realidade entra em choque com essa imagem pré-concebida e estereotipada, grande instabilidade se instaura nesta relação entre indígenas e representantes não indígenas da sociedade nacional.

Na seqüência de sua evolução, a presente dissertação traçou-se a trajetória histórica dos Kadiwéu a fim de contextualizar o objeto de pesquisa aqui abordado. Ao elaborar este contexto histórico, percebe-se que algumas características ancestrais foram mal interpretadas e cristalizaram-se no imaginário ao serem somadas com as representações mais gerais. Como exemplo, se tem o fato de os Kadiwéu tardarem a se dedicar à agricultura haja vista que entre os seus ancestrais, os Guaicuru, tal atividade era tida como inferior e assim desenvolvida por etnias tornadas subalternas, que muitos textos vão classificar como escravas. Este sistema de organização social levou muitos a atribuir o estereótipo do índio preguiçoso aos Kadiwéu.

Contudo, o tema central desta dissertação foi o conflito ocorrido de 1980 a 1984 entre indígenas e colonos na Serra da Bodoquena. Para tanto, analisou-se os jornais da época, o que permitiu descrever como se deu este conflito até sua eclosão no ano de 1983. Os jornais pesquisados foram o Correio do Estado, Diário da Serra, Jornal da Manhã e Jornal da Cidade. A análise dos jornais permitiu avaliar as representações constituídas acerca dos indígenas Kadiwéu durante este contexto social conflitivo. Para isso, utilizou-se métodos específicos, como o proposto por Alcida Ramos, que consiste em separar o discurso em palavras-chave. Este procedimento acaba por revelar conteúdos subjacentes que são transmitidos a partir de palavras ou frases de múltiplos sentidos.

A análise do texto trouxe evidências da manutenção dos estereótipos mais comuns, com suas origens históricas antigas, mas que trazem efeitos devastadores em termos de relações interétnicas. A repetição de termos específicos, como *silvícola* remete a um divisor étnico, onde o indígena aparece como aquele que vive apartado do ideal civilizatório. A grande maioria das matérias nos diversos jornais remete a um modelo monologista, em que apenas um dos lados envolvidos é retratado. O outro lado, o silenciado é aquele que sofre opressão política, aquele que não fala, mas é falado. O lide foi muito empregado nas matérias como forma de incutir uma ideia do conflito (normalmente monologista) já nos primeiros momentos da leitura do jornal. O ideal civilizado ligado à atividade agrícola aparece no discurso jornalístico como uma possibilidade de tirar os índios de uma condição tida por “selvagem”. A produção agrícola, dessa forma, seria o que aproximaria os indígenas das qualidades desejáveis pela sociedade.

Percebeu-se claramente um discurso pejorativo, que coloca em contraste os dois opostos da tensão rural: os agricultores que produzem em oposição ao índio que molesta e que é improdutivo. O termo aculturado ou semi-aculturado é repetido como argumento dos produtores rurais e entidades ligadas ao setor agrícola para reivindicar uma condição de não-

indígena ou de semi-indígena, ou seja, aquele de quem se deveria retirar todos os direitos constitucionais por representarem uma “farsa”.

Os textos sempre procuravam dar uma dimensão bem maior do conflito, aproximando-o de uma guerra ao usar precisamente este termo ou o de “guerrilha” associado com refugiados. Isso eleva a dimensão das ideias inculcadas, pois a mídia ocupa um importante papel na constituição do imaginário popular. A aura de veracidade que atribuímos especialmente aos jornais impressos faz com que muito do que neles é publicado acabe se incorporando às representações coletivas.

O documentário “Ética das Aparências” entra precisamente nesta questão da veracidade do texto escrito. No vídeo, o apresentador José Miguel Wisnik reitera que quando lemos uma matéria num jornal, estamos tomando contato com a realidade através de uma representação que o repórter que a compôs nos oferece. Nunca nos damos conta de que o jornal nos apresenta uma realidade que foi extraída do contexto original e convertida em uma representação num outro contexto. Toda reportagem, na verdade, apresenta fragmentos dessa realidade e a transfere para outro contexto, que agora vem a ser o do próprio jornal. Não lemos realidades, lemos representações das realidades. No caso aqui abordado, estas representações em alguns casos sustentam imagens depreciativas.

Mudar as mentalidades a fim de dissolver tais imagens depreciativas que a população guarda é um processo longo. A tarefa se torna ainda mais difícil se considerar que desde que a criança passa a freqüentar a escola é ensinada a ver o índio como personagem folclórico, presente em contos e mitos. Dessa forma, ao desfolhar os livros de história, representações preconceituosas são replicadas e perpetuadas. A obrigatoriedade da inserção de conteúdos de história indígena nos currículos escolares é uma medida que objetiva mudar esta situação.

Trabalhar o imaginário e as representações negativas constituídas acerca dos indígenas nas sociedades nacionais, como lembra Paulo Suess (1997) é um imperativo pedagógico, pois só assim será possível vislumbrar mudanças significativas nas atitudes da sociedade brasileira diante das alteridades e diálogos interétnicos visando a construção e consolidação de políticas de tolerância.

REFERENCIAS

- AQUINO, Álvaro Antônio Sagulo Borges de. *A Posse e seus Efeitos*. São Paulo: Editora Atlas, 2000.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-capla, 2000.
- BOGGIANI, Guido. *Os caduveos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.
- BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufraágios e comentários*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1987.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2006.
- CARVALHO, Silvia M. S. Chaco: encruzilhada de povos e *melting pot* cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A beira da falésia; a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Kosmos, 1999.
- CUCHE, Denis. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DALMASO, Silvana Coppeti; SILVEIRA, Ada Cristina M. da. A natureza polifônica da linguagem: uma alternativa para o jornalismo. *In*: SILVEIRA, Ada Cristina M. da. *Jornalismo além da notícia*. Santa Maria: UFSM, 2003.
- DE ANGELIS, Pedro. *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata*. Tomo Primero. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1835, Apêndice A, p. 226-228.
- DE BRY, Theodor. *Americae*. Frankfurt: Officina Theodori de Bry, 1592.

DE LUCA, Tania Regina. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla B. Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*. São Paulo: Summus, 1986.

ECO, Humberto. *Signo*. 2ª edição. Colombia: Labor, 1994.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. Duas no pé e uma na bunda: da participação terena na guerra entre Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. Revista *Eletrônica História em reflexão*, V. 1, Nro2, pp. 01-20. Dourados: UFGD, 2007.

ESPINA BARRIO, Angel B. *Antropología de Castilla y León e Iberoamérica III – Fronteras*. Salamanca: IIACyL, 2001.

ESPINA BARRIO, Angel Baldomero. *Manual de Antropologia Cultural*. Recife: Massangana e Fund. Joaquim Nabuco, 2005.

ÉTICA das Aparências. Documentário. São Paulo: TV Cultura.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira S.A.

FIUZA, Ricardo. *Novo Código Civil Comentado*. São Paulo: Saraiva, 2003

FLORES, João. *Muita terra para pouco índio?* A formação de fazendas em território Kadiwéu (1950-1984). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados. 120p. Dourados: UFGD, 2009.

GAMBINI, Roberto. *Espelho Índio: a formação da Alma Brasileira*. São Paulo: Axis Mundi, Terceiro Nome, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes: 2001.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica. 1750 – 1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HEMMING, John. La población aborígen de Brasil. *In: CASTILLERO CALVO, Alfredo e KUETHE, Allan. Consolidación Del Orden Colonial*. Paris: Unesco, 2001.

HERBERTS, Ana Lúcia. *Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material*. Dissertação de Mestrado. 345p. São Leopoldo: Unisinos, 1998.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- LAS CASAS, Bartolomé de. *Obra indigenista*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- LANGER, Protasio Paulo. *Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo Luso no Brasil Meridional: projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.
- LANGER, Protasio Paulo. Piores que bestas feras: Garcilaso de la Vega e o imaginário hispano-inca sobre os Guarani Chiriguano. *Revista Topoi*, Vol 11, No 21. 2010, pp. 5-22.
- LÉVI-STRAUSS: Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LUSTOSA, E. *O texto da notícia*. Brasília: UnB, 1996.
- MANN, P. H. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MANUAL DE REDAÇÃO: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2007.
- MATHEWS, Gordon. *Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: O diálogo possível*. 5 edição. São Paulo: Ática, 2008.
- MELIÁ, Bartolomeu. *La Lengua Guarani del Paraguay*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- MIOTTO, Gaspar B. A invenção da notícia. *In: SILVEIRA, Ada Cristina M. da. Jornalismo além da notícia*. Santa Maria: UFSM, 2003.
- OCHOA ABAURRE, J. C. *Mito y chamanismo en el Amazonas*. Pamplona: Eumate, 2003.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra a vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. *In Aracy Lopes da Silva e Luis Domizete Benzi Grupioni. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- PEREIRA, Levi Marques. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. *Revista Tellus*, Ano 3, n. 4. 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista brasileira de História*, Vol 15, Nº 29. São Paulo: 1995.
- PONTE, Cristina. *Para entender as notícias*. Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.
- PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavalleiros ou da nação Guaycurú. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol 1, No. 1, 1839, pp. 25-57.

QUEVEDO, Julio. *As missões: crise e redefinição*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Fapesp/Jorge Zahar, 1996.

RAMOS, A. R. *Indigenism*. Ethnic Politics in Brazil. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu*. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios Guaycurús*. Quinze dias nas suas aldeias (Sul de Mato Grosso). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

RUIZ, Castor, M. M. Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupi-guarani. In KERN, Arno (Org.) *Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

SILVA, Giovani José da. *A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história*. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFMS, 2004.

SIQUEIRA JUNIOR, Jaime Garcia. *Esse campo custou o sangue dos nossos avós – a construção do tempo e espaço Kadiwéu*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia Social, USP. São Paulo, 1993.

SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: tensões na modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Uma análise do discurso missionário: o caso da indolência e imprevidência dos Guarani. *Veritas*. Vol. 35, Nro 140. pp. 706-726. Porto Alegre, 1990

STADEN, Hans. *Dois Viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

SUESS, Paulo. Reconhecimento e protagonismo: apontamentos em defesa do projeto históricos dos outros. In: SIDEKUM, Antonio. *História do imaginário religioso indígena*. São Leopoldo: Unisinos, 1997

SUSNIK, Branislava. *Tendencias Psicosociales y Verbometales Guaycuru – Maskoy – Zamuco*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1998.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Uma teoria social da mídia. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VINHA, Marina. *Corpo-sujeito Kadiwéu: jogo e esporte*. Tese de Doutorado. Unicamp, 2004.

VIUDES, Priscila. *Índios nas páginas D'O Progresso* – Representações da desnutrição infantil no jornal (2005). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*; ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.

WORTMANN, Klaas. *O selvagem e a história*. Série Antropologia. Brasília: 1997.

WORTMANN, Klaas. *O Selvagem e o Novo Mundo: Ameríndios, humanismo e escatologia*. Brasília: UNB, 2004.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, ____ de agosto de 2011.

Aline Maria Müller